

UFPB | CCHLA



PRISCILLA GONTIJO LEITE LUCAS CONSOLIN DEZOTTI (ORGS.)

VOCABULÁRIO POLÍTICO DA ANTIGUIDADE

REFLEXÕES PARA O EXERCÍCIO
DA CIDADANIA



VOCABULÁRIO POLÍTICO DA ANTIGUIDADE

REFLEXÕES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITORA

Margareth de Fátima Formiga Diniz

VICE-REITORA

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira



DIRETOR DO CCTA

José David Campos Fernandes

VICE-DIRETOR

Ulisses Carvalho Silva



CONSELHO EDITORIAL

Carlos José Cartaxo

Gabriel Bechara Filho

Hildeberto Barbosa de Araújo

José David Campos Fernandes

Marcílio Fagner Onofre

EDITOR

José David Campos Fernandes

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

Pedro Nunes Filho

PRISCILLA GONTIJO LEITE
LUCAS CONSOLIN DEZOTTI
(ORGS.)

**VOCABULÁRIO POLÍTICO
DA ANTIGUIDADE**
REFLEXÕES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2019

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

V872 Vocabulário político da antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania [recurso eletrônico] / Priscilla Gontijo Leite, Lucas Consolin Dezotti, organizadores. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

Recurso Digital (3.826KB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-85-9559-195-0

1. Política – Antiguidade - Vocabulário. 2. Vocabulário Político - Antiguidade. I. Leite, Priscilla Gontijo. II. Dezotti, Lucas Consolin.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 32"652"(038)

Coordenação: Priscilla Gontijo Leite, Lucas Consolin Dezotti

Colaboradores: Bruno Ramalho de Figueirêdo, Danusia Oliveira Ferreira, Fábio Silva de França, Felipe Matheus dos Santos Silvestre, Heloísa Hiranoyama Maia, Kelly Kristine Emery de Almeida Lopes, Laryssa Alves da Silva, Lívia Maria da Silva, Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas, Matheus Pereira Costa, Millena Luzia Carvalho do Carmo, Raissa do Nascimento Fernandes, Renata Barbosa da Silva, Thales Britto Cantalice.

Capa e editoração eletrônica: Millena Luzia Carvalho do Carmo.

Imagem da capa: Pártenon, templo de Atena, construído no século V a.C. na acrópole de Atenas. Foto: manue41350@pixabay.com. Disponível em: <<https://pixabay.com/photos/parthenonacropolis-greece-318951/>> Acesso em: 24 de nov de 2018.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Apresentação

O presente volume é o resultado do projeto **Vocabulário Político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania**, realizado nos anos de 2016 a 2019 dentro do programa Prolicen da Universidade Federal da Paraíba. O Prolicen constitui um programa de apoio às licenciaturas e tem como principais objetivos a construção de mecanismos que aprimorem a formação dos discentes para a docência, bem como a formação continuada dos professores que atuam nas escolas públicas do estado. Por essas características, o Prolicen permite uma maior aproximação entre a Universidade e a Educação Básica, promovendo a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Buscando realizar essa integração com uma perspectiva interdisciplinar, isto é, de construção do conhecimento por meio da intensificação do diálogo entre as áreas de História Antiga e Letras Clássicas, o projeto contou com a participação de alunos desses dois cursos de licenciatura do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes desta Universidade. Seu envolvimento foi fundamental tanto para o desenvolvimento das pesquisas e produção do material quanto para a realização das experiências pedagógicas na rede pública de João Pessoa.

De fato, os alunos participantes tiveram contato direto com fontes textuais antigas em língua original (grego e latim), conhecendo os percursos metodológicos da pesquisa sobre a Antiguidade e entendendo a importância de conhecer bem uma fonte. Ao longo do processo, à medida que avançavam as discussões sobre o ensino da História Antiga na Educação Básica, percebeu-se a necessidade de elaborar novas traduções com linguagem mais acessível ao público escolar, trabalho que foi feito sempre de forma coletiva. Em seguida, o discente foi convidado a pensar numa maneira instigante e atrativa de desenvolver métodos didáticos que pudessem facilitar o ensino desse conhecimento para alunos da Educação Básica e possibilitar a reflexão sobre o exercício da cidadania no

contexto político atual tendo como contraponto o conhecimento político da Antiguidade, especialmente as discussões sobre as formas de governo. Os discentes desenvolveram assim fichas didáticas, planos de aula, oficinas, minicursos e outros materiais que foram apresentados em eventos e publicações científicas¹, bem como para professores da rede pública de João Pessoa e para algumas de suas turmas. A aplicação nas escolas foi o ponto culminante do trabalho, por ser concretização do conhecimento produzido na Universidade Pública para além de seus muros.

O esforço dos discentes foi premiado em 2018, quando o projeto **Vocabulário Político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania** foi selecionado como um dos melhores da área de Humanidades no XX Encontro de Iniciação à Docência da UFPB. Somos gratos, portanto, à participação de Bruno Ramalho de Figueirêdo, Danusia Oliveira Ferreira, Fábio Silva de França, Felipe Matheus dos Santos Silvestre, Heloísa Hiranoyama Maia, Kelly Kristine Emery de Almeida Lopes, Laryssa Alves da Silva, Lívia Maria da Silva, Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas, Matheus Pereira Costa, Millena Luzia Carvalho do Carmo, Raissa do Nascimento Fernandes, Renata Barbosa da Silva, Thales Britto Cantalice.

*

O projeto surgiu da inquietação da sociedade diante da situação política do Brasil nos últimos anos. Desde 2013, grandes manifestações tomaram as ruas do país e há uma intensificação do debate político para além da esfera pública e dos veículos midiáticos tradicionais. Além da imprensa televisiva e impressa, que fez a cobertura dessas ma-

1 Os resultados das experiências pedagógicas realizadas ao longo do projeto foram publicados em: (1) SILVA, Laryssa Alves da; CARMO, Millena Luzia Carvalho do. “O ensino dos regimes políticos em História Antiga: uma proposta a partir do projeto Prolicen.” In: ASSUMPÇÃO, Luis F. Bantim; BUENO, André; CAMPOS, Carlos E.; CREMA, Everton; NETO, José Maria de Sousa. **Aprendendo História: Experiências**. União da Vitória: Sobre Ontens, 2019. (2) LEITE, Priscilla Gontijo; DEZOTTI, Lucas Consolin. “Política na sala de aula: uma proposta interdisciplinar a partir da Antiguidade.” **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2017.

nifestações sob diferentes perspectivas² e emitindo por vezes opiniões conflitantes sobre elas, nos últimos anos é inegável o crescimento do debate político nas novas plataformas digitais. No mundo virtual, a política ganha novos contornos e muitos aspectos desse novo uso político da internet é objeto de estudos de pesquisadores. Para o uso positivo ou negativo das novas plataformas digitais, as redes sociais são agora mais um espaço de discussão do mundo político, ou até mesmo mais um campo de atuação da política.

É nas redes sociais que os debates políticos se tornam mais acalorados, pois muitos se sentem confortáveis para emitir opiniões que seriam rechaçadas no espaço público. Também há que se considerar que algumas dessas opiniões são embasadas em distorções de conhecimentos consagrados no campo científico. Além disso, as redes sociais se mostraram um novo canal de diálogo entre a população e a camada política, de modo que muitos políticos passaram a utilizar habilidosamente essa ferramenta para criar a sensação de que se estabeleceu um contato próximo, rápido e espontâneo. Diante desse cenário de rápida propagação de conhecimentos distorcidos e notícias falsas, é uma preocupação criar mecanismos de contenção desse processo. Acreditamos que um dos caminhos é o fortalecimento da Educação Básica, que pode decorrer da aproximação entre Escola e Universidade.

Não estamos aqui para repetir a fórmula de que melhorar a educação seguramente auxiliaria no crescimento de todos os índices importantes para o país. A Educação Básica é importante por ser um dos principais meios de contato do indivíduo com conceitos que irão orientar sua visão de mundo, e também com recursos capazes de formular questionamentos a respeito de determinados conceitos e situações. Portanto, uma etapa imprescindível do processo educativo é a formação crítica do indivíduo, que lhe permite refletir sobre sua condição de ser e estar no mundo. Assim, a escola é parte integrante do processo de constituição da cidadania.

2 LEITE, Priscilla Gontijo. “Democracia e o cidadão ideal: o retrato do cidadão no Contra Leócrates.” In: SEBASTIANI, B.; LEÃO, D.; SANO, L. M. Soares; WERNER, C. **A poiesis da democracia**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p.214.

O fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento crítico do sujeito pode ser feito de diferentes maneiras. Acreditamos que um caminho frutífero é a aproximação da Antiguidade e da Contemporaneidade, dado que grande parte das nossas estruturas e instituições políticas, incluindo o vocabulário utilizado para se referir a elas, são uma herança da Antiguidade Clássica, notoriamente da *pólis* ateniense e da *res publica* romana. Além de ser resultado de uma experiência prática governacional, nosso vocabulário político também é fruto de séculos de reflexões sobre a política, conduzidas por historiadores e filósofos como Heródoto, Tucídides, Platão, Aristóteles, Políbio e Cícero, para ficarmos com exemplos da Antiguidade. Palavras como *democracia*, *república*, *senado*, *monarquia*, *oligarquia*, *ditadura*, *aristocracia* têm em comum o fato de participar de nosso cotidiano e de ter origem grega ou latina. Contudo, nem sempre esses conceitos estão claros, principalmente considerando sua perspectiva histórica, uma vez que o sentido desses vocábulos foi se alterando ao longo do tempo. Se o conhecimento de um processo histórico auxilia no entendimento de determinado conceito, o ensino da Antiguidade em particular (seja da História Antiga ou da Literatura Clássica) pode contribuir com a formação da cidadania ao possibilitar que o sujeito reflita sobre a política a partir da formação histórica de conceitos considerados essenciais para a vida política atual.

Seguindo essas diretrizes, o projeto **Vocabulário Político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania** teve o intuito de produzir um material que promovesse a reflexão sobre termos políticos presentes no nosso vocabulário cotidiano, pensando-os numa perspectiva histórica. Isso se dá através da apresentação de textos que demonstrem como esses termos foram empregados e como que já na Antiguidade havia uma disputa de sentidos concorrentes, com prevalência de uns sobre outros, até se aproximar do conceito que temos na atualidade. É o caso do termo *democracia*, que na Antiguidade esteve muitas vezes associada a aspectos negativos, recebendo ferrenhas críticas tanto de Platão quanto de Aristóteles, e que hoje tem uma conotação amplamente positiva, com a maioria dos governos se autoproclamando democratas.

O estudo do vocabulário político da Antiguidade também permite conhecer o debate sobre as formas de governo e, conseqüentemente, os principais elogios e críticas a cada uma delas. Também cria um espaço de discussão sobre modelos de cidadania e a estreita relação entre cidadania, direitos políticos e cívicos, bem como o dever do sujeito para com o Estado e a coletividade. Dessa maneira, o estudo do Mundo Antigo nos leva a refletir sobre a própria relação entre o indivíduo e o Estado, assim como a buscar uma atuação política capaz de promover mudanças positivas na realidade.

Para promover todas essas reflexões a partir do vocabulário político, decidiu-se pela elaboração de materiais didáticos que pudessem ser utilizados pelo professor de acordo com sua realidade e demanda. Nesse processo, priorizou-se o contato com a fonte textual antiga e construção de ferramentas que facilitassem o acesso do público jovem a esses textos. Dada a dificuldade de se encontrar nos livros didáticos fontes textuais traduzidas diretamente do original – bem como traduções diretas pensadas para os jovens brasileiros –, uma das maiores preocupações do projeto passou a ser a tradução dos textos antigos numa linguagem adequada para esse público específico. Assim, ao longo desses anos foram realizadas traduções de pequenos trechos de historiadores e filósofos do mundo grego antigo – Heródoto (484-425 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), Políbio (203-120 a.C.) – sob uma perspectiva inovadora, por estar centrada no debate dos termos políticos e por buscar uma linguagem mais próxima do público jovem. Esses são os principais elementos diferenciadores da nossa tradução em comparação as outras realizadas no mundo lusofônico.

O próprio processo de tradução contou com algumas inovações, principalmente por ter consistido num processo interdisciplinar, já que a equipe do projeto é composta por docentes e discentes dos cursos de licenciatura em História e em Letras Clássicas. Os professores e alunos se reuniam periodicamente para a discussão dos temas, a produção do material e a tradução dos trechos selecionados. Assim, a tradução se deu de forma coletiva, priorizando o diálogo como uma das etapas impor-

tante não apenas para a formação da cidadania, mas para a construção do próprio conhecimento. A tradução coletiva permitiu aos discentes um aprofundamento no entendimento da fonte, pelo intenso debate sobre as escolhas lexicais e outras dificuldades inerentes ao processo, e também trouxe o desafio de adequar a linguagem para o público-alvo. Paralelamente ao processo de tradução, foram produzidos textos contextuais e explicativos considerados importantes para o entendimento de cada uma das fontes.

Possibilitar o contato direto com a fonte textual antiga é uma das melhores alternativas para despertar no aluno a curiosidade para o estudo de autores e temas da Antiguidade. Além disso, esse processo permite aguçar seu raciocínio histórico a respeito do legado clássico e da influência da tradição greco-romana em nossa cultura, nosso direito, nossa filosofia e nosso idioma. Essa capacidade de fomentar a reflexão pode ser verificada na prática: em uma das experiências pedagógicas realizadas pela equipe com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, 93% responderam que entenderam o conteúdo ministrado na aula e que era importante entender sobre as formas de governo.

Assim, a equipe espera que o material reunido neste volume fomente o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas para o ensino da Antiguidade Clássica, fazendo com que esse conhecimento seja consoante com as mais diversas realidades que o Brasil possui.

A pesquisa sobre o Mundo Antigo no Brasil deve ser cada vez mais incentivada, sem perder o contato com a realidade nacional, dada sua capacidade de proporcionar respostas para os nossos dilemas e desafios. É essencial fortalecer o estudo da História Antiga e das Língua Clássicas tanto no ambiente acadêmico quanto no ambiente escolar, para que o cidadão tenha contato com conceitos que foram utilizados para formar a base da cultura ocidental.

Compreender o vocabulário político na Antiguidade é, antes de tudo, uma maneira de estar atento aos discursos, com suas alterações no decorrer das épocas e sua configuração presente. Ter isso em mente é manter uma postura crítica quanto à importância de se reconhecer como

ser político, parte de uma sociedade. Este material busca criar essa ponte, ligando experiências históricas tão distantes no tempo e no espaço.

*

O material didático aqui apresentado está organizado em fascículos, cada um contemplando um pensador antigo, seguindo a ordem cronológica: primeiro, Heródoto; depois, Aristóteles; por fim, Políbio. Outros pensadores gregos importantes, como por exemplo Tucídides ou Platão, não puderam ser incluídos devido aos limites da pesquisa. Foi necessário fazer um recorte, centrado nesses três autores e em suas apreciações positivas e negativas das formas de governo: isonomia, democracia, aristocracia, oligarquia, monarquia, realeza, oclocracia.

Cada fascículo se inicia com informações introdutórias sobre a vida e a obra do autor e seu contexto histórico, detalhando os eventos considerados mais importantes para a compreensão do pensamento do autor. Então se apresentam uma série de fichas de leitura, organizadas segundo um roteiro padrão, constituído das seguintes seções:

- a) fonte textual
- b) vocabulário
- c) comentário
- d) tópicos para discussão.

A fim de despertar a curiosidade dos alunos e instigá-los a aprofundar o conhecimento a respeito do Mundo Antigo, a *fonte textual* é apresentada em duas versões, dispostas em colunas lado a lado: em letras pequenas, a edição grega, extraída de uma biblioteca digital³ que disponibiliza textos em domínio público; em letras grandes, a tradução para o português, elaborada de forma coletiva visando o público-alvo.

3 Perseus Digital Library, coordenada por Gregory R. Crane junto à Tufts University (<http://www.perseus.tufts.edu/>).

O *vocabulário* que se segue foi pensando justamente para facilitar esse primeiro contato com a língua grega, informando aos leitores a pronúncia das palavras, através de transliteração que evidencia as sílabas tônicas, junto com uma análise etimológica e possibilidades de tradução específicas para o texto estudado, podendo ser utilizado pelo professor para a realização de atividades complementares.

Os *comentários* foram elaborados para que professores e alunos possam entender melhor a fonte, a partir de informações de caráter lexical e histórico, mas sempre trazendo a discussão para o âmbito do vocabulário político. Assim, pode ser utilizado tanto de forma complementar quanto servir de suporte para que o professor desenvolva seus próprios materiais didáticos, mais adequados à sua realidade específica.

Por fim, alguns *tópicos* de discussão são elencados para auxiliar os professores em sala de aula, sugerindo temas que podem ser aprofundados nas atividades, obviamente sem pretender esgotar as possibilidades de cada uma das fontes.

Nosso intuito é que esse material sirva de inspiração para que novos métodos e recursos didáticos sejam desenvolvidos por professores em todos os níveis de ensino de História que envolvem o estudo da Antiguidade, não somente para estudar o tópico “Grécia antiga”, mas também para qualquer período histórico que envolva, por exemplo, mudanças de regime constitucional.

Os organizadores,
Priscilla Gontijo Leite
Lucas Consolin Dezotti

Sumário

Apresentação.....	5
Abreviaturas.....	14
Heródoto.....	15
A proposta de Otanes.....	28
A proposta de Megábizo	34
A proposta de Dario	38
Aristóteles.....	47
Regime político e governo	61
As formas de regime político	68
Democracia e oligarquia	73
A configuração do <i>dêmos</i>	79
Tipos de democracia.....	89
Tipos de oligarquia.....	94
Políbio.....	105
Três tipos de regime político.....	113
Seis tipos de regime político	116
Anaciclose	119
Mudança de regime político	124

Abreviaturas

a.C. = antes de Cristo

adj. = adjetivo

etim. = etimología

s.f. = sustantivo femenino

s.m. = sustantivo masculino

s.n. = sustantivo neutro

v. = verbo

Heródoto

Ἡρόδοτος

1

Heródoto nasceu em Halicarnasso, na Cária (o que corresponde à cidade de Bodrum, na atual Turquia), no ano de aproximadamente 484 a.C. – ou seja, quatro anos antes da Batalha de Salamina, portanto, nasceu súdito do rei persa Xerxes, pois sua província pertencia a este reino. Viveu em Túrio, na Itália, seus últimos vinte anos, morrendo em torno de 425 a.C. Durante sua vida, fez várias viagens, mencionadas em sua obra *Histórias*. Acredita-se que ele tenha percorrido várias regiões: Ásia Menor, Babilônia, Assíria, Egito, Pérsia, costa da África e Mar Negro.

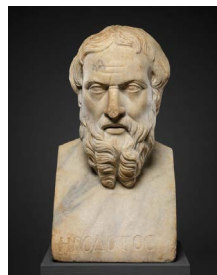


Fig. 1 Heródoto

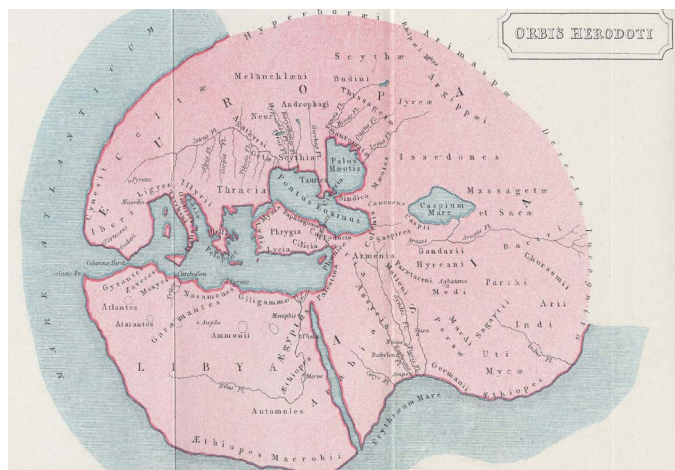


Fig. 2 Mundo de Heródoto

A obra de Heródoto, chamada *Histórias*, tem por objetivo narrar as causas que levaram os gregos e os persas a lutarem entre si e preservar a memória dos feitos desses povos. Isso, no entanto, não o impede de escrever sobre outras coisas, de outras regiões, por exemplo, sobre os citas no Livro IV, ou dedicar todo o Livro II ao Egito. Interessante que ele só começa a narrar sobre as Guerras Médicas lá pelo Livro V. Então, de certo modo, o que era para ser um tratado apenas sobre as guerras, acabou tratando de geografia, biologia, religião etc.

Para escrever as *Histórias*, Heródoto se baseia em informações provenientes daquilo que ele testemunhou, ou que ele ouviu de pessoas que testemunharam. Nesse sentido, podemos considerar que sua narrativa não possui método historiográfico: ela é mais uma busca de informações, através de conversas e observações, na tentativa de entender as disputas entre gregos e persas.

Em alguns momentos, Heródoto chega a dar sua opinião, como é o caso do augúrio relatado no momento anterior à morte do falsário Esmérdis (Livro III). Nessa ocasião, os sete persas avistaram sete falcões perseguindo dois abutres até poderem atacá-los e matá-los com suas garras; isso deixou os persas encorajados para continuar a deposição do falsário.

No entanto, no parágrafo seguinte o historiador traz o questionamento dessa explicação e busca uma alternativa mais racional (Livro III. 73).

A divisão da obra *Histórias* em livros foi feita na época helenística e cada livro recebeu o nome de uma musa grega.

Livro I: Clio, musa da História;

Livro II: Euterpe, musa da Música;

Livro III: Tália, musa da Comédia;

Livro IV: Melpômene, musa da Tragédia;

Livro V: Terpsícore, musa da Lírica com dança.

Livro VI: Erato, musa da Lírica amorosa;

Livro VII: Polímnia, musa dos Hinos aos deuses;

Livro VIII: Urânia, musa da Astronomia;

Livro IX: Calíope, musa da Poesia épica.



Clio Talia Erato Euterpe Polímnia Calíope Terpsícore Urânia Melpômene

Fig. 3 Musas

Registro de Heródoto acerca das Guerras Médicas

Com respeito à documentação deixada por Heródoto, podemos perceber que boa parte do Livro VI é dedicada ao relato daquilo que ficou conhecido como a Primeira Guerra Médica (ou Greco-Pérsica). De modo geral, as Guerras Médicas foram os conflitos pelo domínio da região da Jônia, entre os gregos e os persas, que eram tidos como “bárbaros” por adotarem condutas políticas, sociais e culturais diferentes.

Primeira Guerra Médica

Ocorrida nos anos de 494-490 a.C., o confronto iniciou-se com as perturbações provocadas pelos jônios revoltosos, que queriam se libertar do domínio persa. Para isso, os jônios incendiaram Sardes,



Mapa 1

sob a liderança de Aristágoras, tirano de Mileto, e com o apoio de Atenas e Erétria.

Esse incêndio foi apenas uma das várias revoltas jônicas ocorridas contra o império persa. Os persas consideraram esse apoio grego uma afronta. Para Heródoto, o envio de barcos atenienses para ajudar os jônios foi o começo da guerra (Livro V.97).

A guerra atinge o seu ápice com a batalha de Maratona, uma planície grega, no verão de 490 a.C. Os atenienses são liderados por Milcíades e os persas por Mardônio, cunhado do rei Dario. Para a guerra, os atenienses solicitaram ajuda aos espartanos, que recusaram por estarem participando dos Jogos Olímpicos e do festival da Carneia. A única a auxiliar foi a cidade de Plateia, com o envio de hoplitas para reforçar as falanges.

O exército grego consegue vencer, causando uma enorme perda para o exército persa. De fato, a vitória favoreceu a propaganda política de Atenas, para uma Grécia pan-helênica, mas não chegou ao ponto de ameaçar o domínio persa sobre o Egeu.

Segunda e Terceira Guerra Médica

Com a morte de Dario, seu filho Xerxes assume o trono e continua sua expedição contra os gregos (Livro VIII). De modo geral,

os persas já estavam atacando algumas cidades protegidas por Atenas. Os atenienses, por sua vez, reforçam os laços na Hélade e, sob a direção de Temístocles, enfrentaram os persas em Salamina, vencendo-os por causa de seu poder naval, mais desenvolvido que o dos persas.

A Batalha de Salamina (480 a.C.) foi decisiva para vitória dos gregos com campanhas de sucesso no mar e em terra. Nesse período tem-se a criação da Liga de Delos, que é a união das cidades gregas sob a liderança de Atenas. Com isso, Atenas amplia sua hegemonia na Hélade. A terceira Guerra Médica é narrada no Livro IX e conta a vitória grega no mar, em Mícale.

As guerras propiciaram uma identidade positiva para os gregos, como heroicos, destemidos, valentes e nobres, em oposição ao “outro”, ou seja, o persa. Além disso, Atenas atinge, em meados do século V a.C., um considerável desenvolvimento econômico, político e cultural, o que a torna uma das cidades mais importantes da Grécia. A sua hegemonia sobre a Hélade era tanta que, em alguns casos, as cidades gregas eram forçadas a entrar na Liga de Delos e, quando tentavam sair, eram punidas.

Registro de Heródoto sobre os medos, os persas e sua unificação

Heródoto fala sobre a origem dos adversários dos gregos, começando com a afirmação de que os medos estavam sob o domínio dos “senhores da Ásia” (Livro I.95). Depois de 520 anos de domínio, os medos foram os primeiros a se rebelarem contra eles, conquistando assim sua liberdade.

Para além do registro de Heródoto, sabe-se que, por volta de 1800 a.C., houve uma crise interna nos povos arianos, que migraram e se estabeleceram no planalto de Zagros, região sul do atual Irã. Essa primeira leva era mais avançada militar e tecnologicamente que os povos nativos. Quando a segunda leva de migrações chegou à região, entre os séculos XIV e X a.C., percebe-se que o planalto de Zagros já estava totalmente ocupado pelos arianos.

A dispersão dos povos foi favorecida pelos seguintes fatores: boa técnica em agricultura (sistema de irrigação), belicosidade (com o uso de cavalos), organização social em castas e religiosidade. Sobre a estrutura de organização desses povos, sabemos que havia unidades etnolinguísticas, divididas em tribos, com variados níveis de liderança política. Os principais povos eram: medos, per-

sas, hicárnios, partos, bactrianos, sogdianos, ários, drangianos e aracósios.

Segundo Heródoto, todos esses povos estavam livres, mas foram submetidos à tirania. No caso específico da Média, região com povoados esparsos, destaca-se a atuação de Deioces, filho de Fraortes, na unificação da região. Ele foi eleito rei pelo seu senso de justiça. Sua primeira atitude foi construir uma cidade fortificada chamada Agbátana, que passaria a ser a única cidade dos medos. Assim, ele unificou todas as tribos (busos, parácenos, estrúcatos, arizantos, búdios e magos) e governou o povo medo por 53 anos.

Seu filho, também chamado Fraortes, assumiu e subjugou os persas, os primeiros a serem dominados pelos medos, e continuou avançando sobre outros povos da Ásia. Morreu em combate contra os assírios, depois de governar por 22 anos.

Seu sucessor foi seu filho Ciaxares, considerado um grande soldado. Marchou contra Nínive a fim de vingar a morte de seu pai, e a conquistou, continuando o avanço sobre a Ásia. Seu reinado durou 40 anos, sendo sucedido por seu filho Astíages.

No poder, Astíages casou sua filha com o persa Cambises, que era de condição inferior. Ele fez isso para evitar a realização de um

sonho profético, de que seu neto o destronaria e conquistaria toda a Ásia. Mas isso não funciona, pois sua filha dá a luz a **Ciro II**, que conquista toda a região.

► Box p. 26

Durante uma batalha contra os massagetas, **Ciro II** foi morto após reinar por 29 anos. Seu filho, **Cambises II**, o sucede no trono e continua a política de expansão do pai. Sua maior conquista foi o Egito. Lá, conta-nos **Heródoto** que **Cambises II** ficou louco. Sonhou que seu irmão **Esmérdis** (que ocupava o trono da Pérsia) tomava seu trono no Egito. Ele, então, envia mensageiros à Pérsia e o mata. Com uma infecção em sua coxa direita, **Cambises II** morre após reinar por sete anos e cinco meses, sem deixar nenhum descendente. Antes de morrer, no entanto, deixou um administrador de seu império, da tribo dos magos, como rei sobre a Pérsia, para que os persas não soubessem da morte de **Esmérdis**. Esse mago também tinha o mesmo nome do irmão de **Cambises**, **Esmérdis**. E no Egito, outro mago (e irmão gêmeo de **Esmérdis**, o mago) usurpou o trono de **Cambises** após sua morte, sem que ninguém ficasse sabendo, pois dificilmente os persas tinham acesso ao seu rei.

Nesse ínterim, temos o episódio da descoberta da farsa do trono persa por **Otanes** e a ascensão de **Dario**. Em **Heródoto** essa ascen-

► Box p. 27

são é narrada em dois diálogos. No primeiro, Otanes suspeitou que um falsário tinha assumido o trono. Para depô-lo, ele chama Aspatines e Gobrias, cada um trazendo consigo outro de sua confiança: Otanes levou Intafernes, Gobrias levou Megábizo, e Aspatines levou Hidarnes. Dario, então, aparece, e eles depõem o falsário (Livro III.61-79).

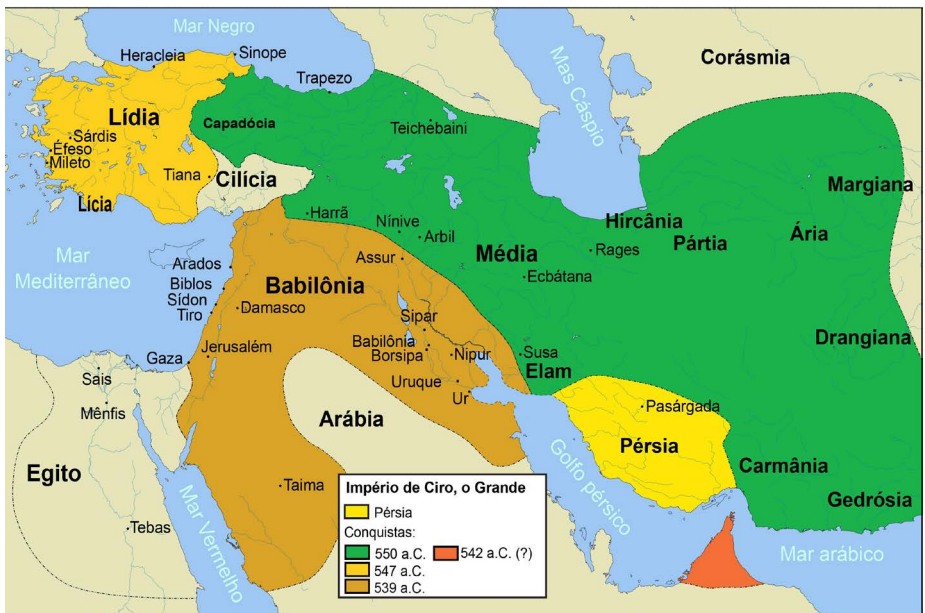
No segundo diálogo, é debatido qual a melhor forma de governo para os persas. Esse diálogo é conhecido como “Debate persa” ou “Diálogo constitucional” (Livro III.80-83). Discute-se se houve ou não esse debate e acredita-se que Heródoto foi influenciado pela tradição sofista mais antiga (principalmente Protágoras) e usou desse recurso para pôr palavras gregas na boca dos persas. De todo modo, o que temos é que Otanes argumenta em defesa do governo de muitos; Megábizo em defesa do governo de poucos; e Dario em defesa do governo de um.

Após reinar por 36 anos, Dario morre. Seu filho Xerxes reina em seu lugar e, com ele, tem-se a batalha de Salamina.

Após Xerxes, o Império Persa começa a entrar em declínio, mas demora séculos até finalmente cair. Sua queda se dá com a chegada de Alexandre, o Grande, a tomada do tesouro em Susa e a morte de Dario III em 330 a.C.



Mapa 2



Mapa 3



Fig. 4 Ciro II

Registro de Heródoto acerca de Ciro

Ciro II (558 – 530/528 a.C.) reinou por 29 anos, até morrer na batalha contra Tômiris, rainha massageta; segundo Heródoto, foi a batalha mais sangrenta entre os bárbaros.

Sobre seu nascimento e infância, Heródoto relata que seu avô planejou matá-lo, mas é ludibriado por seu mordomo Hárpagos, que leva Ciro para uma casa de pastores nas montanhas. Esses pastores, comovidos com a beleza da criança, cuidam dela. Porém, durante seu crescimento, notou-se que Ciro não tinha aptidão para o pastorado, e sim para nobreza. Ele foi instigado por Hárpagos, que queria vingar a morte de seu filho por Astíages, a tomar o poder. Então, eles reúnem os persas em assembleia e os convencem a se rebelarem.

Ciro II vence Astíages e unifica os medos e os persas. Os outros feitos de Ciro II foram: subjugar os gregos da Ásia, conter a revolta dos lídios e conquistar a Babilônia, livrando os judeus.

Ciro II administrava seu império instituindo chefes locais em posições de poder, permitindo o livre exercício da religião, cultura e instituições dos povos dominados, além de publicar editos de libertação. Essa sua tolerância, ao contrário de Dario, tinha em vista mais acumular riquezas do que destruir cidades.

Registro de Heródoto acerca de Dario

Dario (522 – 485 a.C.), um dos filhos de Histapes, neto de Arsames (I.209), da família dos aquemênidas (VII.11), reinou sobre a Pérsia por 36 anos, vindo a falecer antes da investida contra a Grécia e a contenção dos egípcios revoltosos. Teve muitos filhos, com várias esposas, dentre elas Atossa, com quem gerou Xerxes.

Durante a expansão em seu governo, o Império era dividido em províncias chamadas de “satrapias”. Cada satrapia era comandada por um sátrapa que arrecadava impostos ao rei; os povos que não contribuíam com impostos entregavam presentes ao governante.

Sobre sua personalidade, os relatos são tanto de um rei cruel, ágil, punitivo (III.119), como de um rei receptivo (VI.170), abrindo seu palácio para muitos outros povos, incluindo os gregos.

Com relação às suas conquistas, que são narradas na “estela de Behistun”, temos as seguintes informações: conquista os barceus e os trácios, captura Samos, contém as revoltas dos medos, babilônicos, egípcios, iônicos e taso. Porém, fracassou contra a Cítia e Taras.

Percebemos que Dario é centralizador e implacável. A religião masdeísta foi importante nessa sua postura, tendo em vista que ela colocava em dualidade o bem *versus* o mal, verdade *versus* mentira, lei *versus* caos.



Fig. 5 Dario

► Box p. 44

1A

A proposta de Otanes

Heródoto, *Histórias* III.80

Ὅτανος μὲν ἐκέλευε
ἔς μέσον Πέρσησι
καταθεῖναι τὰ
πρήγματα, λέγων
ταδε·

— Ἔμοι δοκίει
ἓνα μὲν ἡμέων
μουνάρχον μηκέτι
γενέσθαι· οὔτε γὰρ
ἡδύ οὔτε ἀγαθόν.
Εἶδετε μὲν γὰρ τὴν
Καμβύσεω ὕβριν
ἐπ' ὅσον ἐπεξήληθε,
μετεσχίκατε δὲ
καὶ τῆς τοῦ μάγου
ὕβριος. Κῶς δ'
ἂν εἴη χρῆμα
κατηρημένον
μουναρχίᾳ, τῇ ἕξει
ἀνευθύρω ποιέειν
τὰ βούλεται; Καὶ
γὰρ ἂν τὸν ἀριστον
ἀνδρῶν πάντων
στάντα ἔς ταύτην
τὴν ἀρχὴν ἐκτὸς τῶν
ἐωθότων νοημάτων
στήσειε. Ἐγγίνεται
μὲν γὰρ οἱ ὕβρις
ὑπὸ τῶν παρεόντων
ἀγαθῶν, φθόνος δὲ
ἀρχῆθεν ἐμφύεται
ἀνθρώπῳ. Δύο δ'
ἔχων ταῦτα ἔχει
πάσαν κακότητα·
τὰ μὲν γὰρ ὕβρι
κεκορημένος
ἔρδει πολλὰ καὶ
ἀτάσθαλα, τὰ δὲ
φθόνῳ. Καίτοι
ἄνδρα γε τύρανον
ἄφθονον ἔδει εἶναι,
ἔχοντά γε πάντα
τὰ ἀγαθὰ· τὸ δὲ
ὑπεναντίον τούτου
ἔς τοὺς πολίτας
πέφυκε· φθονέει
γὰρ τοῖσι ἀριστοῖσι
περὶ οὓσι τε καὶ
ζῶουσι, χαίρει δὲ

Otanes propôs confiar aos persas os assuntos públicos de forma igualitária, dizendo isto:

– Para mim, parece melhor que nenhum de nós se torne monarca, pois não é nem útil nem agradável. Vocês viram a que ponto chegou a *hýbris* de Cambises e até participaram da *hýbris* do Mago. Como a monarquia pode ser algo conveniente se permite ao monarca fazer o que quiser sem prestar contas a ninguém? Pois mesmo o melhor de todos os homens, nessa posição, perderia seu juízo habitual. A *hýbris* se manifesta por causa da existência dos bens materiais e, desde o princípio, a inveja está enraizada no homem. Tendo essas duas coisas, o monarca tem a maldade toda. Pois, estando cheio de *hýbris* ou cheio de inveja, comete muitas ações perversas. No entanto, o homem tirano não deveria ser invejoso, uma vez que possui todos os bens, mas ele é por natureza o contrário disso em relação aos cidadãos: inveja os melhores homens que estão ao seu redor e ainda estão vivos, e se dá bem com os piores dos cidadãos, sendo muito

bom em acolher calúnia. E o mais absurdo de tudo: se alguém o reverencia de forma moderada, ele se irrita porque não foi venerado com entusiasmo; se alguém o venera com entusiasmo, ele se irrita por ser um bajulador. Agora vou dizer o mais importante: ele subverte os costumes ancestrais, violenta mulheres e condena à morte sem julgamentos. Já o conjunto de cidadãos no governo, em primeiro lugar, tem o nome mais belo de todos: *isonomia*. Em segundo lugar, não há nada do que o monarca faz: os cargos são atribuídos por sorteio, quem recebe o cargo tem que prestar contas e todas as decisões são submetidas à coletividade. Portanto, proponho para nós a ideia de renunciar à monarquia e empoderar o conjunto dos cidadãos, pois tudo está na maioria.

τοῖσι κακίστοις
τῶν ἀστών,
διαβολὰς δὲ
ἄριστος ἐνδέκεσθαι.
Ἀναρμωστότατον
δὲ πάντων· ἦν τε
γὰρ αὐτὸν μετρίως
θωμάζης, ἀχθεταί
ὅτι οὐ κάρτα
θεραπεύεται, ἦν τε
θεραπεύεται, ἦν τε
ἀχθεταί ἀτε θωπί.
Τὰ δὲ δὴ μέγιστα
ἔρχομαι ἐρέων·
νομαῖά τε κινεῖ
πάτρια καὶ βιάται
γυναῖκας κτείνει τε
ἀκρίτους. Πλήθος
δὲ ἄρχον πρῶτα
μὲν οὐνομα πάντων
κάλλιστον ἔχει,
ἰσονομίην. Δεύτερα
δὲ τούτων τῶν ὁ
μόναρχος ποιεῖ
οὐδέν· πάλω μὲν
γὰρ ἀρχὰς ἀρχει,
υπεύθυνον δὲ ἀρχὴν
ἔχει, βουλευμάτων δὲ
πάντα ἐς τὸ κοινὸν
ἄναφέρει. Τίθεμαι
ὦν γνώμην μετέντας
ἡμέας μοναρχίην
τὸ πλῆθος ἀέξειν· ἐν
γὰρ τῷ πολλῷ ἐνὶ
τὰ πάντα.

Vocabulário

ἄριστος (áristos) *adj.* o melhor.

ἄρχειν (árkhein) *v.* governar, presidir, exercer o poder.

ἀρχή (arkhé) *s.f.* origem, princípio, começo; primeiro lugar (numa hierarquia); autoridade, comando.

ἄρχων (árkhon) *s.m.* pessoa que ocupa um cargo de autoridade; comandante, governante; oficial, magistrado.

ἄστυ (ásty) *s.n.* cidade; espaço urbano (em oposição às áreas rurais).

ἀστός (astós) *s.m.* habitante de uma cidade; cidadão.

βουλή (bulé) *s.f.* Conselho; reunião de conselheiros.

βούλευμα (búleuma) *s.n.* decisão, resolução.

ἰσονομία (isonómie) *s.f.* distribuição igualitária; equilíbrio.

[*Etim.* ἴσος + νόμος (ísos + nómos), ‘igual + lei’]

κοινόν (koinón) *s.n.* interesse comum, interesse público; coletividade.

μουναρχία (munarkhíe) *s.f.* monarquia.

[*Etim.* μόνος + ἀρχή (mónos + arkhé), ‘único + autoridade’].

μούναρχος (múnarkhos) *s.m.* monarca.

[*Etim.* μόνος + ἀρχός (mónos + arkhós), ‘único + líder’].

πάτριος (pátrios) *adj.* relativo aos pais; ancestral.

πλήθος (pléthos) *s.n.* grande número; multidão; conjunto dos cidadãos.

πολιίτης (poliíetes) *s.m.* cidadão.

πρήγματα (prégmata) *s.n.* assuntos públicos.

τύραννος (týrannos) *s.m.* tirano; governante absoluto (que não se sujeita às leis).

ὑβρις (hýbris) *s.f.* atitude violenta (arrogante ou passional).

φθόνος (fthónos) *s.m.* inveja.

Comentário

Otanes é o defensor do que poderíamos chamar de democracia, ainda que não use esta palavra, e sim *isonomia*. Ele inicia seu discurso com uma crítica mordaz ao sistema monárquico, para então concluir com um elogio ao sistema que defende. Essa estrutura retórica é usada por todos os três integrantes ativos da reunião que visava definir o modelo político a ser usado pelos persas.

A crítica principal de Otanes ao governo monárquico é a *hýbris* (ὑβρις), palavra comu-

mente encontrada nos textos gregos para indicar um estado psicológico que leva o sujeito a cometer um erro. No trecho, a *hýbris* está associada à inveja (φθόνος, *phthónos*) como causa de todas as maldades cometidas pelo monarca.

Para ele, a monarquia seria *hybrística* por natureza, uma vez que o monarca, mesmo sendo o melhor (ἄριστον, *áriston*) de todos os homens, pode fazer o que quiser sem restrições. Por isso, é normal perder a medida do que faz e é justamente essa a característica da *hýbris*.

Para criticar a monarquia, Otanes descreve a figura do tirano. A tirania é reconhecida posteriormente por Platão, Aristóteles e Políbio como uma forma de governo degenerada da monarquia, sendo considerada, no auge da democracia ateniense, a sua antítese, e chega até nós com um sentido altamente negativo. Entretanto, a tirania inicialmente se diferenciava dos outros sistemas monárquicos não por ser ruim, mas porque, ao contrário da “realeza”, não considerava a linhagem sanguínea para a sucessão.

Mas o sentido negativo parece já coabitar com o sentido primeiro da palavra *tirano* (τύραννος, *týrannos*), pois Otanes a utiliza na sua crítica ao regime político da monarquia, ao passo que ela é totalmente evitada por Dario na sua defesa desse regime, preferindo

um termo mais neutro: *monarca* (μούναρχος, *múnarkhos*).

A descrição do tirano feita por Otanes é marcada pela inveja que sente de seus cidadãos (ἄστῶν, *astón*) e, especialmente, dos melhores. Ele finaliza sua descrição com o que considera as piores ações para um governo: prejudicar os costumes pátrios; violentar mulheres; condenar sem julgamento.

Em seguida, refere-se à forma de governar semelhante à democracia, em que a escolha da *maioria* dirige o todo.

► Aristóteles p. 49

O governo popular proposto por Otanes tem as três características das reformas de Clístenes em Atenas, sobre o qual o próprio Heródoto comenta mais à frente (V.66–73; VI.131): a primeira seria a escolha por sorteio; a segunda, a responsabilidade dos agentes públicos pelos cargos exercidos; a terceira, a legitimação das decisões em assembleias. Essa seleção fundamentava-se na ideia de que todo cidadão é apto a governar, postura muito criticada no discurso de Megábizo contra a democracia.

É importante ressaltar que a *isonomia* proposta por Otanes é uma igualdade perante a lei entre os cidadãos, ou seja, homens livres nascidos de pais provenientes da própria cidade; mulheres, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos.

Tópicos para discussão

- Caracterizar a monarquia.
- Refletir os motivos da corrupção do monarca.
- Traçar as semelhanças e diferenças entre o monarca e o tirano.
- Refletir sobre as características negativas do tirano.
- Discutir a configuração da democracia.
- Refletir sobre a relação entre a igualdade da lei e a democracia.
- Debater sobre o processo de escolha das magistraturas.
- Explicar o conceito de 'cidadão' presente na prosposta de Otanes.

A proposta de Megábizo

Heródoto, *Histórias* III.81

Μεγάβυζος δὲ ὀλιγαρχίῃ ἐκέλευε ἐπιτρέπειν, λέγων τάδε.

— Τὰ μὲν Ὀτάνης εἶπε τυραννίδα πάντων, λελέχθω κάμοι ταῦτα, τὰ δ' ἐς τὸ πλῆθος ἄνωγε φέρειν τὸ κράτος, γνώμης τῆς ἀρίστης ἡμάρτηκε· ὁμίλου γὰρ ἀχρηίου οὐδὲν ἐστὶ ἀνευτέρων οὐδὲ ὑβριστότερον. Καίτοι τυράννου ὕβριν φεύγοντας ἄνδρας ἐς δήμου ἀκολάστου ὕβριν πεσεῖν ἐστὶ οὐδαμῶς ἀνασχετόν. Ὁ μὲν γὰρ εἴ τι ποιέει, γινώσκων ποιέει, τῷ δὲ οὐδὲ γινώσκειν ἐνὶ κῶς γὰρ ἂν γινώσκοι ὅς οὔτ' ἐδιδάχθη οὔτε εἶδε καλὸν οὐδὲν οἰκῆιον, ὥθῃ τε ἐμπεσῶν τὰ πρήγματα ἄνευ νόου, χειμάρρῳ ποταμῷ εἰκέλος; Δῆμῳ μὲν νυν, οἱ Πέρσησι κακὸν νοέουσι, οὔτοι χράσθων. ἡμεῖς δὲ ἀνδρῶν τῶν ἀρίστων ἐπιλέξαντες ὁμίλην τοῦτοισι περιθεῶμεν τὸ κράτος· ἐν γὰρ δὴ τοῦτοισι καὶ αὐτοὶ ἐνεσόμεθα· ἀρίστων δὲ ἀνδρῶν οἰκὸς ἀρίστα βουλευμάτα γίνεσθαι.

Megábizo propôs confiar os assuntos públicos a uma oligarquia, dizendo isto:

– O que Otanes falou sobre acabar com a tirania, eu concordo, mas sua proposta de entregar o poder ao conjunto de cidadãos não é a melhor ideia. Nada é mais insensato e ultrajante do que uma multidão inútil. Além do mais, é totalmente inadmissível que homens fugindo da *hybris* de um tirano caiam na *hybris* de um *dêmos* indisciplinado. O tirano, quando faz algo, faz consciente; já para o *dêmos*, não é possível ter uma consciência. Pois como poderia ter consciência quem nunca foi ensinado e nunca viu nada belo nem adequado e sem noção conduz os assuntos públicos de forma desordenada semelhante à enchente de um rio? Que se entreguem agora ao *dêmos* quem deseja a desgraça dos persas. Já nós podemos selecionar um grupo de melhores homens e atribuir o poder a eles, até porque nós estaremos nesse grupo, e é natural dos melhores homens produzir as melhores decisões.

Vocabulário

ἄριστος (áristos) *adj.* o melhor.

βούλευμα (búleuma) *s.n.* decisão, resolução.

δῆμος (dêmos) *s.m.* distrito, bairro; os seus habitantes; o povo.

κράτος (krátos) *s.n.* força, poder.

ὀλιγαρχία (oligarkhíe) *s.f.* oligarquia.

[*Etim.* ὀλίγοι + ἀρχή (olígoi + arkhé), ‘poucos + autoridade’].

πλῆθος (plêthos) *s.n.* grande número; multidão; o conjunto dos cidadãos.

τυραννίς (tyrannís) *s.f.* tirania.

τύραννος (týrannos) *s.m.* tirano; governante absoluto (que não se sujeita às leis).

ἕβρις (hýbris) *s.f.* atitude violenta (arrogante ou passional).

ἕβριστος (hýbristos) *adj.* arrogante, insolente.

Comentário

Para defender a oligarquia, Megábizo critica um dos aspectos do governo proposto por Otanes: a escolha dos magistrados por sorteio. Aqui, tal crítica se bifurca nas seguintes características do povo: (i) sua inabilidade para governar, já que não lhe foi ensinado e nem é capaz de aprender por si próprio; (ii) sua *hýbris*, considerada até pior do que a do tirano.

Essa crítica existe mesmo antes do nome *democracia* estar consolidado. Otanes designou sua proposta de *isonomia*, e Megábizo refere-se a ela com duas expressões que poderiam aparentemente significar “o poder para o

povo”. Ambas as expressões usam a ideia de força (κράτος, *krátos*), pois essa palavra está relacionada ao poder através da superioridade, não raramente em contexto bélico. Soma-se a isso o termo *dêmos* (δῆμος), que dará origem à palavra democracia.

A defesa da oligarquia por Megábizo é substancialmente mais curta que a de seus colegas. Uma hipótese para isso é que a oligarquia parecia ser uma escolha natural diante das críticas já apresentadas tanto à monarquia quanto à democracia.

Portanto, para Megábizo o poder não estaria nas mãos do cidadão, mas de um tipo específico de pessoa, que ele considera como “os melhores homens”, sem explicar quem seriam estes homens e como seriam selecionados. Apenas indica que todos eles, participantes daquele diálogo, pertenceriam a esse seletivo grupo.

Tópicos para discussão

- Caracterizar a democracia.
- Caracterizar a oligarquia.
- Estabelecer a diferença entre democracia e oligarquia.
- Relacionar ter conhecimento e ser governante.
- Caracterizar o povo no exercício do poder.
- Caracterizar o grupo dos melhores homens.
- Refletir sobre a *hýbris* no processo de transformação de regimes.

A proposta de Dario

Heródoto, *Histórias* III.82

τρίτος δὲ Δαρεῖος ἀπεδείκνυτο γνῶ-
μην, λέγων.

— Ἐμοὶ δὲ τὰ μὲν εἶπε Μεγάβυζος ἐς τὸ πλῆθος ἔχοντα δοκεῖ ὀρθῶς λέξαι, τὰ δὲ ἐς ὀλιγαρχίην οὐκ ὀρθῶς. Τριῶν γὰρ προκειμένων καὶ πάντων τῷ λόγῳ ἀρίστων ἔόντων, δήμου τε ἀρίστου καὶ ὀλιγαρχίης καὶ μοναρχου, πολλῶ τοῦτο προέχειν λέγω. ἀνδρὸς γὰρ ἑνὸς τοῦ ἀρίστου οὐδὲν ἄμεινον ἂν φανείη· γνῶμη γὰρ τοιαύτη χρεώμενος ἐπιτροπευοὶ ἂν ἀμωμήτως τοῦ πλῆθους, σιγῶτό τε ἂν βουλευμάτων ἐπιδυσμενέας ἀνδρας οὕτω μάλιστα.

Ἐν δὲ ὀλιγαρχίῃ πολλοῖσι ἀρετὴν ἐπασκέουσι ἐς τὸ κοινὸν ἔχθρα ἴδια ἰσχυρὰ φιλέει ἐγγίγεσθαι· αὐτὸς γὰρ ἕκαστος βουλόμενος κορυφαῖος εἶναι γινώμησιν τε νικᾶν ἐς ἔχθρα μεγάλα ἀλλήλοισι ἀπικνέονται, ἐξ ὧν στάσιες ἐγγίνονται, ἐκ δὲ τῶν στασιῶν φόνοσ· ἐκ δὲ τοῦ φόνου ἀπέβη ἐς μοναρχίην, Δήμου τε αὐ ἀρχοντος ἀδύνατα μὴ οὐ κακότηα ἐγγίνεσθαι· κακότητος

Dario foi o terceiro a expor sua ideia, dizendo:

– O que Megábito disse a respeito do conjunto de cidadãos, acho que ele falou corretamente, mas a respeito da oligarquia, não. Em teoria, as três formas mencionadas são todas excelentes – o *dêmos* é excelente, a oligarquia e a monarquia também – porém, afirmo que esta última supera em muito as demais. É que nada se mostra melhor do que um único homem excelente, visto que, se servindo dessa inteligência, seria um regente irrepreensível do conjunto de cidadãos e, assim, as decisões contra inimigos ficariam em sigilo com certeza. Na oligarquia, como muitos praticam a virtude para a coletividade, costumam aparecer fortes inimizades pessoais; o fato de cada um querer ser líder e fazer suas ideias prevalecerem cria grandes inimizades entre eles, e daí surgem os conflitos, dos conflitos o derramamento de sangue, do derramamento de sangue resultou uma monarquia, e isso deixou claro o quanto ela é melhor. Com o *dêmos* no poder, é impossível a desonestidade não aparecer e, uma vez

que a desonestidade aparece na administração pública, não é a inimizade entre os desonestos que surge, mas fortes laços de amizade, pois os que levam a desonestidade para a administração pública agem por meio de complô. Isso continua até que alguém do *dêmos* tome a frente e ponha fim nisso. Por causa disso, ele é admirado pelo *dêmos*; por ser admirado, ele então é proclamado monarca, o que também prova que a monarquia é mais forte. Para resumir tudo em poucas palavras, como surgiu a liberdade para nós e quem a proporcionou? O *dêmos*, a oligarquia ou o monarca? Por isso sustento a ideia de que, se nós fomos libertados pela ação de um único homem, devemos manter isso assim, além de não deixar enfraquecer os costumes ancestrais tão bem estabelecidos, pois isso não é bom.

τοῖνυν ἐγγινομένης
 ἐς τὰ κοινὰ ἔχθεα
 μὲν οὐκ ἐγγίνε-
 ται τοῖσι κακοῖσι,
 φιλίαι δὲ ἰσχυραί-
 οἱ γὰρ κακούντες
 τὰ κοινὰ συγκύψα-
 ντες ποιεῦσι. Τοῦτο
 δὲ τοιοῦτο γίνεται
 ἐς ὃ ἂν προσῆ-
 τις τοῦ δήμου τοὺς
 τοιούτους παύσῃ.
 Ἐκ δὲ αὐτῶν θωμά-
 ζεται οὗτος δὴ ὑπὸ
 τοῦ δήμου, θωμα-
 ζόμενος δὲ ἂν ὢν
 ἐφάνη μούναρχος
 ἔων, καὶ ἐν τούτῳ
 δηλοῖ καὶ οὗτος ὡς
 ἡ μούναρχία κρά-
 τιστον. Ἐνὶ δὲ ἐπεὶ
 πάντα συλλαβόντα
 εἰπεῖν, κόθεν ἡμῖν ἡ
 ἐλευθερία ἐγένετο
 καὶ τευ δόντος;
 κότερα παρὰ τοῦ
 δήμου ἢ ὀλιγαρ-
 χίας ἢ μούναρχου;
 ἔχω τοῖνυν γνώμην
 ἡμέας ἐλευθερω-
 θέντας διὰ ἓνα
 ἄνδρα τὸ τοιοῦτο
 περιστέλλειν, χωρὶς
 τε τούτου πατριῶς
 νόμους μὴ λυεῖν
 ἔχοντας εὐ· οὐ γὰρ
 ἀμεινόν.

Vocabulário

ἄριστος (áristos) *adj.* o melhor.

ἄρχων (árkhon) *s.m.* pessoa que ocupa um cargo de autoridade; coman-
 dante, governante; oficial, magistrado.

βούλευμα (búleuma) *s.n.* decisão, resolução.

δῆμος (dêmos) *s.m.* distrito, bairro; os seus habitantes; o povo.

ἐλευθερία (eleutherie) *s.f.* liberdade.

ἴδια (ídia) *s.n.* assuntos privados; interesses particulares.

κοινόν (koinón) *s.n.* interesse comum, interesse público.

κορυφαῖος (korypháios) *s.m.* líder, chefe.

μοναρχία (munarkhíe) *s.f.* monarquia.

[*Etim.* μόνος + ἀρχή (mónos + arkhé), ‘único + autoridade’].

μύναρχος (múnarkhos) *s.m.* monarca.

[*Etim.* μόνος + ἀρχός (mónos + arkhós), ‘único + líder’].

ὀλιγαρχία (oligarkhíe) *s.f.* oligarquia.

[*Etim.* ὀλίγοι + ἀρχή (olígoi + arkhé), ‘pouco + autoridade’].

πάτριος νόμος (pátrios nómos) *s.m.* costumes pátrios, costumes ancestrais.

πλῆθος (pléthos) *s.n.* grande número; multidão; o conjunto dos cidadãos.

Comentário

A posição de Megábizo de não entregar o poder para o *dêmos*, devido à incapacidade da multidão de tomar decisões, teve a aprovação de Dario, porém, a proposta de uma oligarquia organizada pela nobreza local não o agradou. Para ele, a monarquia é o melhor dos regimes.

Dario inicia sua descrição do monarca em clara oposição à imagem do tirano descrita por Otanes: se o monarca é o melhor dos homens, governará irrepreensivelmente o conjunto de cidadãos, pois tem o conhecimento de como fazê-lo e a iniciativa de consultar outros dentre os melhores. Além disso, enfatiza a vantagem de o monarca ser um único homem e, por isso, as resoluções tomadas têm mais chances de permanecer em segredo.

Tais características elencadas por Dario, especialmente a primeira, o conhecimento, faz

recordar a crítica de Megábizo de que o povo não saberia governar, a despeito da confiança de Otanes na instituição de uma *isonomia*, em que magistraturas seriam sorteadas.

O argumento de Dario a favor da monarquia inclui uma crítica aos outros dois sistemas. Nesta, em resposta direta ao proposto por Megábizo, Dario não questiona a capacidade político-administrativa de um grupo de nobres como o faz em relação ao *dêmos*, o povo, mas sim a capacidade daqueles de constituírem de fato um grupo, que se configura não somente como uma assembleia, mas possui também uma acepção positiva de laços entre seus membros.

O nobre, ao buscar pôr seus talentos a serviço do público, acaba por render-se ao ódio e à disputa pela liderança, para fazer prevalecer sua vontade. Portanto, uma disputa particular pode prejudicar o interesse público. Apenas a centralização do poder, conclui Dario, põe fim aos conflitos entre os pares, não havendo mais espaço para tais disputas por o poder estar nas mãos de uma única pessoa.

O discurso de Dario é uma continuação do discurso de Megábizo no que concerne ao *dêmos*, pois tem como base a incapacidade do povo de governar e sua *hýbris*; e vai além, ao atribuir ao povo a característica da desones-

tidade, que molda seu exercício do poder, baseado em conspirações.

Para Dario, essa situação teria fim quando alguém se colocasse à frente do povo para acabar com tais procedimentos, emergindo, assim, como um governante único. Esse argumento – da passagem inevitável de uma democracia degenerada ao governo monárquico – foi comum no pensamento político antigo, como se observa em Políbio.

► Políbio p. 119

Dario conclui associando a monarquia com a liberdade e os costumes pátrios, em uma clara resposta a Otanes, que associou à tirania a quebra dos costumes ancestrais.

Podem-se elencar dois fatores para a associação de Dario entre liberdade e monarquia: o primeiro é que de uma forma de governo degenerada, citadamente oligarquia e democracia, passa inevitavelmente ao governo de um homem só, liberando a cidade da má administração; o segundo é que Dario estaria fazendo uma referência a Ciro, em uma possível associação de liberdade com independência política, pois ele libertara os Persas da sua subordinação aos Medos. A utilização da figura de Ciro por Dario remete à ideia de um ‘bom governante’, um monarca, cujo modelo político é estabelecido pelo costume ancestral.

Tópicos para discussão

- Refletir sobre os motivos de um governante ser bom.
- Estabelecer a diferença entre monarquia, oligarquia e democracia.
- Caracterizar o governo monárquico.
- Caracterizar o oligarca.
- Refletir sobre as mudanças de regime político.
- Debater as aptidões do povo no exercício do poder.
- Refletir sobre o que é importante para a manutenção do regime.
- Debater sobre a importância da liberdade em um regime político.

Estela de Behistun

Chamam-se “Estelas” inscrições em pedras, ou em placas de pedra, sobre eventos especiais (como vitória de um reino, ou mesmo um rito funerário). Behistun é uma região da antiga Média. A “Estela de Behistun” foi descoberta no século XIX e traduzida no mesmo século. Está escrita em três idiomas diferentes: persa antigo, babilônico e elemita. Nela estão transcritas informações sobre a ascensão de Dario, seu reino e as terras conquistadas. No livro *Histórias* de Heródoto (III.88), encontra-se a referência à “Estela de Behistun”. Verificam-se semelhanças entre a narrativa de Heródoto e da Estela.



Fig. 6 Estela de Behistun

Referências

BENVENISTE, Émile. **Vocabulário das instituições indo-européias**, vol. II. Tradução de Denise Bottmann. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ERODOTO. **Le Storie – primo volume (libri I-IV)**; a cura di Aristide Colonna e Fiorenza Bevilacqua. Torino: Unione Tipografica-Editrice Torinese (UTET), 2014.

HERÓDOTO. **História**. Intr. e Trad. de Mario da Gama Kury. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1988.

HERÓDOTO. **História**. Trad. e notas de Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

HERÓDOTO. **Histórias – Livro 8**. Introdução de Carmem Leal Soares. Trad. de José Ribeiro Ferreira e Carmem Leal Soares. Lisboa: Edições 70, 2007.

LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente**. História, Sociedade e Economia. São Paulo: Edusp, 2016.

NAZARI, Oreste. **Dialecto Omerico** – grammatica e vocabulario. Torino: Chantore, 1952.

PIRES, Francisco M. “Heródoto: Mithistória do Debate Persa”. In: PIRES, Francisco M. **Tucídides entre Maquiavel e Hobbes I: O(s) Olhar(es) da História e as Figurações do Historiador (Modernidades Tucidideanas II, 2011, inédito, não publicado, Registro BN 534.282)**.

SILVA, Maria de Fátima. “Dario, o Grande-Rei, personagem em Histórias de Heródoto”. **Mathesis**, v. 4, p. 63-88, 1995.

SOARES, Carmen. “Diálogo nas histórias de Heródoto entre teoria e práxis política: tirania e democracia, contrastes e semelhanças.” **Phoenix**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 25-39, 2014.

SORCI, Andrea. **Greco** – primo vocabolario di greco antico con schede grammaticali. Florença: Le Monnier, 2003.

SOUSA, Paulo Ângelo de M. “Antecedentes do Debate Persa. A propósito de Heródoto III. 61-79”. **Alethéia**, Goiânia, v. 1, 2009.

SOUSA, Paulo Ângelo de M. “Memória histórica e narrativa em Heródoto”. **Hvmanitas**, Coimbra, v. 61, p. 83-106, 2009.

Figuras

Fig. 1 Busto ficcional de mármore, cópia romana de original grego do século V-IV. Disponível em: <<http://greciantiga.org/img.asp?num=0391>> Acesso em 17 ago. 2017.

Fig. 2 Representação moderna do que seria o “Mundo” de Heródoto. Autor: Samuel Butler (1774-1839). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Her%C3%B3doto#/media/File:Butler_Orbis_Herodoti.jpg> Acesso em 17 ago. 2017.

Fig. 3 Representação das Nove Musas. Disponível em: <<http://es.mitologia.wikia.com/wiki/Musas>> Acesso em 19 jul. 2018.

Fig. 4 Gravura do busto de Ciro II (ano desconhecido). Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgOCQAK/ciro-rei-persa>> Acesso em 23 set. 2017.

Fig. 5 Representação de Dario. Disponível em: <<http://greciantiga.org/arquivo.asp?num=0386>> Acesso em 07 out. 2017.

Fig. 6 Estela de Behistun. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/harlissoncarvalho/persas-67225174>> Acesso em 07 out 2017.

Mapas

Mapa 1 As Guerras Médicas. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Map_Greco-Persian_Wars-pt.svg> Acesso em 26 jun. 2019.

Mapa 2 Extensão do Império Persa. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/eb/Map_achaemenid_empire-pt.svg> Acesso em 26 jun. 2019.

Mapa 3 Império de Ciro, o Grande. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Cyrus%27_Empire-pt.svg> Acesso em 26 jun. 2019.

Aristóteles

Ἀριστοτέλης

2

Aristóteles foi um grande filósofo grego que viveu entre os anos de 384 e 322 a.C. Nasceu em Estagira, cidade localizada na parte oriental da península calcídica, onde passou grande parte de seus primeiros dezessete anos de vida. Frequentou, nessa mesma época, a cidade de Calcís, na Eubeia, terra natal de sua mãe, Phaistis. Seu pai, Nicômaco, era oriundo da Messênia, no sul do Peloponeso, e trabalhou como médico oficial do rei Amintas II da Macedônia. Acredita-se que o jovem Aristóteles acompanhou seu pai em suas viagens ao palácio macedônico, em Pelas, bem como aprendeu muitas coisas sobre seu ofício, o que explicaria, assim, sua inclinação para a pesquisa empírica.

Viveu em Atenas e estudou na Academia de Platão durante vinte anos (367–347 a.C.), período em que amadureceu as suas convicções filosóficas, tanto pela influência quanto pela divergência que teve em relação às doutrinas platônicas. Aristóteles criticou a forma de pensar de Platão, pois julgava seu

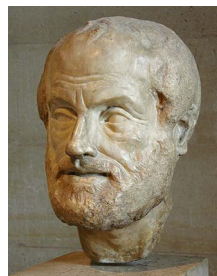


Fig. 7 Aristóteles

pensamento muito abstrato. Para Aristóteles, os seres e objetos são concretos e reais, podendo ser estudados e analisados, de acordo com sua forma, constituição e finalidade. Tudo é passível de classificação e possui características gerais e específicas.

Após a morte de Platão, morou durante três anos em Atarneus, território perto de Troia, na Ásia Menor, junto com Teofrasto, seu amigo e também ex-aluno de Platão. Casou-se com Pítias, filha do então tirano local, Hérmiás. Em 345 a.C., foi para Mitilene, na ilha de Lesbos, onde, juntamente com Teofrasto, fez suas investigações biológicas.

Torna-se preceptor de Alexandre, filho de Felipe II da Macedônia no ano de 343 a.C. e permanece na corte macedônica, em Pelas, até meados de 335 a.C., quando Alexandre subiu ao trono. Com isso, em 335 a.C., volta a Atenas e funda o Liceu, onde ele e seus discípulos realizaram pesquisas filosóficas e científicas. Aristóteles dirigiu o Liceu até 323 a.C., época em que Alexandre III, o Grande, morreu. Deixando o Liceu nas mãos de Teofrasto, retira-se para Cálcis e morre no ano seguinte.

Aristóteles escreveu uma grande quantidade de obras com caráter didático. Parte das obras que sobreviveram derivam das suas exposições e das anotações feitas por seus

discípulos, no Liceu. Seus escritos e tratados constituem um conjunto chamado *Corpus Aristotelicum*, em que se encontram escritos sobre temas como ética e política, biologia e física, crítica literária e lógica, legando inúmeras contribuições. As obras e o pensamento aristotélico influenciaram o mundo ocidental até hoje.

A Democracia Ateniense

A democracia começou a se formar no século VI a.C. com as reformas de Clístenes. Ele dividiu a Ática em três regiões (urbana, costeira e interior) e subdividiu cada uma delas pelas dez tribos, totalizando trinta unidades, chamadas de *trítias*. Cada *trítia* tinha vários *dêmos*. Fazendo isso, impedia as antigas ligações tribais e o acúmulo de poder dos grandes proprietários de terra, fortalecendo, assim, a união da *pólis* e dos cidadãos atenienses.

Temístocles também contribuiu para a consolidação democrática ateniense, ao vencer a Batalha de Salamina (480 a.C.) contra os persas. Liderando membros das classes menos favorecidas que compunham suas frotas navais, causou grande impacto simbólico no que diz respeito à importância desse segmento social. O período da democracia ateniense do século V a.C. foi bastante estável do ponto de vista

Afinal de contas, o que significa “democracia”? A palavra é formada por duas palavras gregas: *dêmos* (povo) e *kratos* (força, soberania), podendo assumir conotações positivas e negativas. A palavra *dêmos* tem variadas acepções, podendo significar as pessoas em geral ou os mais pobres dentre os cidadãos, que fazem oposição aos ricos. Percebe-se, portanto, que é marcada pela disputa, pelo confronto, pela luta política.

► Box p. 65

► Herótoto p. 19

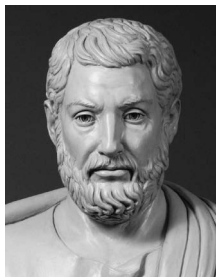


Fig. 8 Clístenes

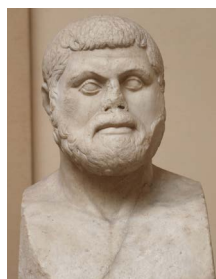


Fig. 9 Temístocles

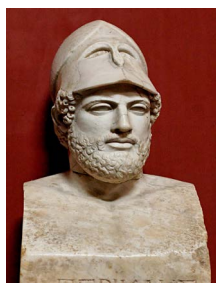


Fig. 10 Péricles

político, durante a administração de Péricles.

É comum achar que a democracia ateniense é bastante parecida com a atual. A democracia em Atenas realizava-se de maneira direta, com a pronúncia do voto de cada um dos cidadãos presentes e, diferentemente de hoje, a cidadania não era universal: cidadãos atenienses correspondiam de 15 a 18% dos habitantes da *pólis*, sendo a maioria composta de proprietários de terra. Eram homens maiores de 18 anos, filhos de pai e mãe ateniense.

Funcionamento da democracia

Dentre as instituições que formavam a democracia ateniense, temos:

Eclésia ou assembleia. Corpo de cidadãos que se reuniam na Pnyx para deliberar sobre diversos assuntos através da participação direta. Teoricamente, todos os cidadãos tinham o direito e o dever de participar das decisões; em termos de influência na sociedade, sua abrangência era ilimitada. De maneira geral, a assembleia ficava encarregada da legislação interna (organização das finanças da *pólis* e emissão de decretos) e da condução da política externa (ratificar tratados, declarar guerra e paz, receber e enviar emissários ou representantes oficiais, etc.). Também toma-

va partido de algumas funções judiciárias, tais como condenações graves ou casos que ameaçassem a segurança da *pólis*.

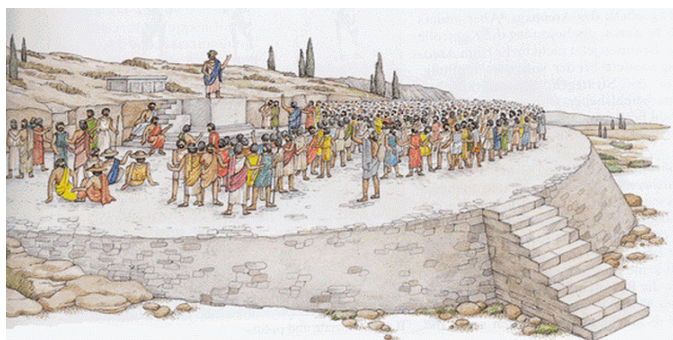


Fig. 11 Eclésia

Boulé ou Conselho dos Quinhentos. Formada mediante sorteio de cinquenta membros de cada tribo a partir das reformas de Clístenes. Podia participar todo cidadão acima de 30 anos por apenas duas vezes não consecutivas. Possuía várias responsabilidades, como preparar os decretos a serem votados pela assembleia e convocar suas reuniões extraordinárias. Além disso, acolhia os embaixadores, fiscalizava o tesouro e recebia acusações contra estrategos e outros magistrados.



Fig. 12 Areópago

Atenas e algumas instituições também poderiam assumir o caráter judiciário (por exemplo, a assembleia). Desempenhavam um papel importante na vida política, por ser a ação dos cidadãos visando a justiça (*díke*). O Areópago, no período arcaico, detinha o monopólio das funções legislativas e judiciárias. Já no período clássico, ele perde importância, mas ainda fica responsável pelos crimes de homicídio, de incêndio, de envenenamento, além de assuntos de teor religioso. Ganham importância os chamados Tribunais de Helieia, de caráter popular, pois todo e qualquer cidadão ateniense com mais de 30 anos poderia participar do quadro dos tribunais e receber uma remuneração diária (*misthós*). Os juízes eram escolhidos, em número de 6 mil, a partir de uma lista de voluntários composta pelas dez tribos de Atenas, aleatoriamente. No dia de julgamento, era feito outro sorteio com os presentes que eram distribuídos sempre em número ímpar para evitar empates. Quanto maior a complexidade da causa, maior o número de juízes. Esse número variava de 201 a 2501 membros.



Fig. 13
Máquina de votar

Magistrados. Durante o auge da democracia ateniense (século V a.C.), eram dez arcontes, um por tribo, cuja função era gerenciar as demandas (interna ou externa) da *pólis*. A partir de 487 a.C., passam a ser escolhidos por sorteio, não mais por status social. Outro grupo, chamado de Estrategos, ganhou importância ao longo do tempo. Podiam ser eleitos e reeleitos pelo voto popular e lidavam com questões militares e financeiras.

Os princípios da democracia

Isegoria (igualdade na ágora). Possibilidade de falar na esfera pública, seja qual for sua categoria social. Princípio muito importante para os atenienses, era nessa atmosfera de liberdade de expressão que os gregos utilizavam sua capacidade argumentativa. Todavia, o sujeito era responsabilizado por sua fala, como demonstra o processo jurídico da *graphé paranómon* da segunda metade do século

V a.C., que prescrevia uma multa àquele que propusesse algo ilegal perante a assembleia.

Isocracia (igualdade no poder). Todo cidadão estaria apto para exercer qualquer cargo na cidade. É simbolicamente representada pela invenção de Péricles da remuneração (*misthós*), que concebia que todos seriam tratados na mesma medida pela *pólis*, seja rico ou seja pobre. Outro desdobramento prático desse princípio é a nomeação para cargos públicos feita por sorteio, a fim de retirar qualquer vestígio de parcialidade do processo de seleção. Esse princípio não era visto com bons olhos pelas oligarquias, para quem a competência deveria ser o verdadeiro critério de escolha.

Isonomia (igualdade na lei). Sustentáculo dos outros princípios e, por algumas vezes, tomado com sentido equiparado ao de democracia. Assegurava um tratamento igualitário tanto pela lei (*nomos*) quanto pelos tribunais.

Críticas à democracia

Durante a Antiguidade, as críticas mais comuns ao regime democrático ateniense foram a promoção da incompetência, por causa da escolha por sorteio, que permitia que pessoas sem aptidão ocupassem cargos públicos, e a condução emotiva dos negócios públicos pelo povo, o que poderia provocar injustiças.

Já na modernidade, as críticas se concentram na limitação do exercício da cidadania, já que mulheres, estrangeiros e escravos estavam excluídos da participação política, e a própria existência da escravidão. Por isso, alguns estudiosos denominam a democracia ateniense de “aristocracia alargada”.

Entretanto, a incompetência não era generalizada, pois a colegialidade, ou seja, o trabalho coletivo, existia para contrabalançar os erros de um. Além de haver sujeição a juramentos e a verificação do perfil do candidato a algum cargo público, nem todos os cargos eram selecionados por sorteio, como os cargos militares e fiscais, que requeriam alguma qualificação e eram escolhidos por eleição. Além disso, deve-se destacar a atuação dos escravos públicos, que ocupavam posições estratégicas, como no tesouro público, tribunais e arquivos, e eram importantes para continuidade dos serviços administrativos da cidade.

Apesar de a democracia ateniense, direta e participativa, estar condicionada a um número reduzido dos habitantes da cidade, ela conseguiu dar acesso ao poder político para a camada responsável pela produção econômica: pequenos comerciantes, artesãos, camponeses, marinheiros, assalariados, ou seja, os mais pobres. Tal feito não foi alcançado por

► Box p. 57

nenhum regime político na Antiguidade.

As críticas antigas e modernas servem também para pensarmos a respeito do nosso próprio sistema democrático: por exemplo, quanto ao modo como o povo é caracterizado, a participação feminina na política, a questão da imigração e a existência de trabalho análogo ao escravo em muitos lugares. Com suas limitações e falhas, a democracia ateniense teve como principal marca a participação popular. Pensar nesse aspecto é valorizar o exercício de nossa própria cidadania, ao buscar a construção de um regime político que seja inclusivo.



Fig. 14
Senhor e escravo

Sociedade em Atenas

Eupátridas

Eram os *bem nascidos*, membros da aristocracia ateniense, grandes proprietários de terras e de escravos. Inicialmente, possuíam amplos poderes sobre o governo da *pólis*, mas depois de algumas reformas, em especial a de Sólon, o seu poder acabou se tornando mais limitado.

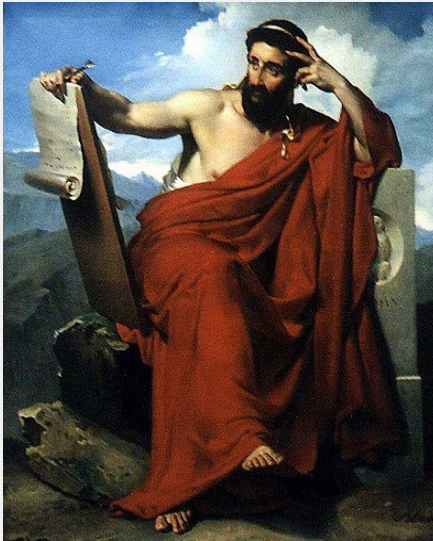


Fig. 15 Sólon

Georgói

Correspondiam aos pequenos proprietários de terras, os camponeses. Muitas vezes estavam submetidos a situações de grande pobreza, o que levou alguns à escravidão por dívidas, principalmente no período arcaico, sofrendo mudanças no período clássico.

Fig. 16
Colheita de oliva



Demiúrgos

Eram os artesãos e comerciantes, os trabalhadores livres urbanos.

Fig. 17
Oficina de Hefesto



Thetas

Correspondiam aos camponeses pobres e sem terra, sendo este um grupo marginalizado e sujeito a péssimas condições de vida. Alguns indivíduos que pertenciam a esse grupo social se tornaram remadores das trirremes. Eles poderiam participar da polí-

tica ateniense. No golpe oligárquico de 411 a.C., por exemplo, a principal resistência ficou, justamente, a cabo dos marinheiros da frota que se encontrava em Samos.

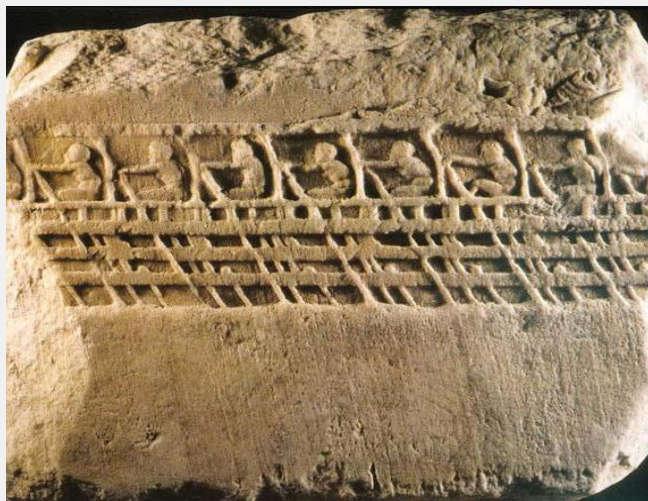
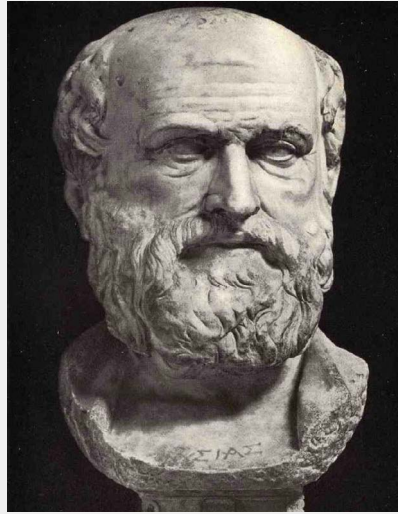


Fig. 18 Remadores

Metecos

Eram os estrangeiros residentes em Atenas, que geralmente se dedicavam ao comércio. O fato de Atenas ter sido uma cidade cosmopolita contribuiu para uma grande presença de metecos. Os metecos prestavam serviço militar e pagavam, além dos impostos normais, uma taxa para permanecerem na cidade e exercerem suas atividades. Os metecos estavam excluídos dos direitos políticos, não sendo considerados cidadãos, e estavam proibidos de se casarem com mulheres atenienses.

Fig. 19 Lísias



Escravos

A propriedade dos escravos era amplamente difundida em Atenas, podendo ser encontrados em diversos setores. Segundo alguns historiadores, como Perry Anderson e Ciro Flamarion Cardoso, os escravos constituíam a principal força produtiva.



Fig. 20
Jovem escravo

Regime político e governo



Aristóteles, *A Política* III

1274b.35; 1278b.8-11; 1279a.17-21, 26-28

Um regime político é a ordenação daquelas que governam a cidade.

Um regime político é a ordenação não só dos cargos em geral, mas, sobretudo, dos cargos com mais autoridade, pois em toda parte, o governo da cidade é a autoridade suprema e o regime político é o governo.

É claro que todos os regimes que visam o interesse da coletividade vêm a ser corretos, do ponto de vista do que é absolutamente justo. Já os regimes que visam somente o interesse particular dos governantes vêm a ser todos incorretos e são transgressões dos regimes corretos, porque são despóticos. A *pólis*, ao contrário, é uma comunidade de pessoas livres.

Já que regime e governo significam a mesma coisa e o governo é a autoridade de uma cidade, é inevitável que essa autoridade seja exercida ou por um, ou por poucos ou por muitos.

ἡ δὲ πολιτεία τῶν
τὴν πόλιν οἰκούντων
ἐστὶ τάξεις τις.
ἐστὶ δὲ πολιτεία
πόλεως τάξεις τῶν
τε ἄλλων ἀρχῶν καὶ
μάλιστα τῆς κυρίας
πάντων. κύριον
μὲν γὰρ πανταχοῦ
τὸ πολίτευμα τῆς
πόλεως, πολίτευμα
δ' ἐστὶν ἡ πολιτεία.
φανερὸν τοίνυν ὡς
ὅσαι μὲν πολιτεῖαι
τὸ κοινῇ συμφέρον
σκοποῦσιν,
αὗται μὲν ὀρθαῖ
τυγχάνουσιν οὐσαὶ
κατὰ τὸ ἀπλῶς
δίκαιον. ὅσαι δὲ
τὸ σφέτερον μόνον
τῶν ἀρχόντων,
ἡμαρτημένα
πάσαι καὶ
παρεκβάσεις τῶν
ὀρθῶν πολιτειῶν.
δеспотικαὶ γάρ, ἡ
δὲ πόλις κοινωνία
τῶν ἐλευθέρων
ἐστίν.
ἐπεὶ δὲ πολιτεία
μὲν καὶ πολίτευμα
σημαίνει ταυτόν,
πολίτευμα δ' ἐστὶ
τὸ κύριον τῶν
πόλεων, ἀνάγκη δ'
εἶναι κύριον ἢ ἓνα
ἢ ὀλίγους ἢ τοὺς
πολλοὺς.

Vocabulário

ἄρχων (árkhon) *s.m.* pessoa que ocupa um cargo de autoridade; comandante, governante; oficial, magistrado.

δεσποτικός (despotikós) *adj.* relativo ao déspota, ao proprietário; a alguém que exerce um poder absoluto.

ἐλεύθερος (elêutheros) *adj.* livre; independente.

ἁμαρτάνειν (hamartánein) *v.* errar, cometer uma falta; desviar-se da verdade.

κοινῆ (koinê) *adv.* em comum; da coletividade.

κύριος (kyrios) *adj.* que tem pleno poder; autoridade, soberano, senhor.

οἰκεῖν (oikêin) *v.* habitar, instalar-se; governar, administrar.

ὀρθός (orthós) *adj.* reto; correto.

παρέκβασις (parékbasis) *s.f.* transgressão; ação de desviar-se do caminho, de ultrapassar limites.

πόλις (pólis) *s.f.* cidade.

πολιτεία (politeia) *s.f.* regime, sistema político; constituição.

πολίτευμα (políteuma) *s.n.* ato de administração pública; medida política.

συμφέρον (symphéron) *s.n.* utilidade; proveito, benefício; interesse.

τάξις (táxis) *s.f.* ordem; ordenação; modo de disposição.

Comentário

O Livro III da *Política* compreende a formação e definição de um regime. Aristóteles apresenta a família como a menor fração e a primeira forma de sociedade que já existiu, assim, definindo-a como uma comunidade de marido e mulher, senhor e escravo. A associação de indivíduos vinculados por laços maritais e paternos, juntos a indivíduos ligados

por vínculos servis, forma grupos com crenças e costumes, os quais, na experiência gregária inicial (familiar), apenas atingem o seu fim natural e supremo na experiência na *pólis*.

Para Aristóteles, um regime (*politeia*) decorre da ordenação desses grupos na *pólis*. Já o cargo é atribuído aos cidadãos com mais poder, os quais tomavam parte na administração da cidade. A natureza da autoridade suprema é decisiva para o caráter do regime: a proeminência de determinada supremacia é que determina a forma de cada regime. Por exemplo: será democrático o regime cuja supremacia coincidir com uma autoridade de base popular (uma assembleia deliberativa); será oligárquico um regime cuja supremacia se identificar com uma autoridade de base restrita (um conselho muito restrito de membros); será tirânico um regime em que a supremacia se realiza na autoridade de um só indivíduo. Quando essa supremacia exerce autoridade recebe o nome de *políteuma*, isto é, “governo”. Assim, *políteuma* e *politeia* são termos afins, visto que esse último pode significar a constituição que ordena esse elemento supremo governante.

As questões prévias ao exame dos regimes nos mostram que o critério do número de governantes aparece nitidamente no tex-

to aristotélico, assim como um segundo critério de diferenciação, que é o interesse comum. Isso resulta numa classificação dos regimes políticos em seis tipos, divididos em duas séries: os regimes retos e os desviados. Para Aristóteles, os regimes verdadeiramente políticos são aqueles que correspondem à essência do poder político, o interesse comum a todos os cidadãos, e os regimes afastados da retidão são despóticos, pois neles o poder visa, em primeiro lugar, o interesse daqueles que o exercem.

► Ficha p. 68

► Box p. 66



Fig. 21 *Pólis grega*

Conceito de *pólis*

Evidências arqueológicas e literárias (principalmente os poemas homéricos) estimam que o sistema de *pólis* surgiu entre os séculos IX e VIII a.C. na Ásia menor e se espalhou por toda a Hélade.

É um anacronismo compararmos a *pólis* com as cidades ou os estados atuais. A *pólis* era uma entidade política que ia muito além das muralhas e templos: ela era os cidadãos e os cidadãos eram a *pólis*. Ela englobava toda a comunidade, seus hábitos, costumes e normas.

As *póleis* tinham uma diversidade de governos, e os principais eram a democracia e a oligarquia. Todas tinham três instituições fundamentais: assembleia do povo, conselho e magistrados. O soberano das *póleis* era a lei e esta devia ser seguida por todos e colocada em vigor com a colaboração de todos.

Esse novo sistema impactou diretamente o homem grego e a sua forma de pensar e viver, moldando o seu ser perante a valorização da cidadania e o cuidado com a vida em comum, fazendo-o viver na *pólis* e para *pólis*, gerando essa unidade e identidade.

Conceito de cidadão grego

Os conceitos de cidadão e *pólis* estão extremamente ligados, visto que a *pólis* era uma formação política, econômica e social. Todos os aspectos da vida dos cidadãos estavam ligados à *pólis*: como sabemos, a *pólis* era os cidadãos. Logo, o cidadão era aquele que tinha o direito e o dever de participar das decisões tomadas na *pólis*.

Os requisitos para ser um cidadão variava de acordo com a *pólis* e poderiam mudar ao longo do tempo, sendo mais abertos ou mais restritos. Em geral, o cidadão era o homem que atingia a maioridade, normalmente após os 18 anos.

O cidadão grego é caracterizado como o sujeito que participava ativamente da vida da cidade em todos os sentidos e efetivamente contribuía diretamente na valorização e no cuidado com a vida em comum. Isso se dava através da educação pela *pólis* e para a *pólis* que despertava nos cidadãos o exercício pleno e consciente da cidadania.



Fig. 22
Tática hoplita

Tópicos para discussão

- Definir o conceito de regime político.
- Discutir o conceito de política.
- Discutir as formas de governo a partir do número de participantes.
- Refletir sobre a participação política.
- Relacionar o regime político e o exercício da justiça.

As formas de regime político

Aristóteles, *A Política* III,
1279a.33-39; 1279b.4-10

καλεῖν δ' εἰώθαμεν τῶν μὲν μοναρχιῶν τὴν πρὸς τὸ κοινὸν ἀποβλέπουσαν συμφέρον βασιλείαν, τὴν δὲ τῶν ὀλίγων μὲν πλειόνων δ' ἐνὸς ἀριστοκρατίαν (ἢ διὰ τὸ τοὺς ἀρίστους ἄρχειν, ἢ διὰ τὸ πρὸς τὸ ἀρίστον τῇ πόλει καὶ τοῖς κοινωνοῦσιν αὐτῆς), ὅταν δὲ τὸ πλῆθος πρὸς τὸ κοινὸν πολιτεύηται συμφέρον, καλεῖται τὸ κοινὸν ὄνομα πασῶν τῶν πολιτειῶν, πολιτεία. παρεκβάσεις δὲ τῶν εἰρημένων τυραννίς μὲν βασιλείας, ὀλιγαρχία δὲ ἀριστοκρατίας, δημοκρατία δὲ πολιτείας. ἡ μὲν γὰρ τυραννίς ἐστὶ μοναρχία πρὸς τὸ συμφέρον τὸ τοῦ μοναρχοῦντος, ἡ δ' ὀλιγαρχία πρὸς τὸ τῶν εὐπόρων, ἡ δὲ δημοκρατία πρὸς τὸ συμφέρον τὸ τῶν ἀπόρων: πρὸς δὲ τὸ τῷ κοινῷ λυσιτελοῦν οὐδεμία αὐτῶν.

Costumamos chamar de realeza a monarquia que visa o interesse coletivo. Quando o governo é de poucos, porém mais do que um, costumamos chamar de aristocracia (ou porque os melhores governam, ou porque visam o melhor para a cidade e para os que participam dela). Já quando o conjunto de cidadãos participa da política, visando o interesse coletivo, é chamado pelo nome comum a todos os regimes: *politeia*.

São transgressões dos anteriores: a tirania da realeza, a oligarquia da aristocracia e a democracia da *politeia*. Porque a tirania é a monarquia que visa o interesse do monarca, a oligarquia é o regime que visa o interesse dos ricos, e a democracia é o regime que visa o interesse dos pobres: dessa forma, nenhum deles visa o que é vantajoso para o coletivo.

Vocabulário

ἄπορος (áporos) *adj.* pobre; sem acesso. sem recursos.

ἀριστοκρατία (aristokratía) *s.f.* aristocracia.

[Etim. ἄριστοι + κράτος (áristoi + krátos), ‘melhores + poder’.]

βασιλεία (basileia) *s.f.* realeza.

δημοκρατία (demokratía) *s.f.* democracia.

[Etim. δῆμος + κράτος (dêmos + krátos), ‘povo + poder’.]

εὖπορος (êporos) *adj.* rico; que tem acesso, que tem recursos.

κοινωνεῖν (koinonêin) *v.* estar em comunidade com; fazer parte; associar-se, aliar-se.

μοναρχεῖν (monarkhêin) *v.* reinar com soberania.

μοναρχία (monarkhía) *s.f.* monarquia.

[Etim. μόνος + ἀρχή (mónos + arkhé), ‘único + autoridade’.]

ὀλιγαρχία (oligarkhía) *s.f.* oligarquia.

[Etim. ὀλίγοι + ἀρχή (olígoi + arkhé), ‘poucos + autoridade’.]

πλῆθος (plêthos) *s.n.* grande número; multidão; o conjunto dos cidadãos.

τυραννίς (tyrannís) *s.f.* tirania.

τύραννος (týrannos) *s.m.* tirano; governante absoluto (que não se sujeita às leis).

Comentário

Neste trecho, notamos a classificação conceitual dos regimes, passo importante para o tratado aristotélico *A Política*. Se inicialmente o autor apresenta um vetor quantitativo de tipos de regime, em função do número de quem governa, aqui traça uma classificação qualitativa com critérios que permitem discernir os regimes retos dos seus respectivos

desvios. O termo *politeia* nesse trecho adquire o sentido de um regime reto exercido por muitos cidadãos em vista do bem comum. Regime que não tem nome específico como os demais, é designado pela palavra comum a todos os regimes, como se adquirisse a essência de todo regime verdadeiramente político, isto é, como se fosse “o” regime.

Para Aristóteles, a *Politeia* se faz presente em uma comunidade de iguais em que todos os cidadãos governam, isto é, que sejam alternadamente governantes e governados, sempre com vistas ao interesse coletivo. A aristocracia, para o filósofo, é um regime estabelecido pelos melhores cidadãos de acordo com a virtude, em termos absolutos, e não por indivíduos honestos sob um determinado aspecto.

Apenas na aristocracia há identidade absoluta entre homem bom e bom cidadão, ou cidadão íntegro, honroso, enquanto nos demais regimes os bons cidadãos só são bons em relação ao seu próprio regime. Para Aristóteles, como a comunidade é o regime político, a virtude do cidadão deve necessariamente ser relativa ao regime. Pois se há diferentes modalidades de regime, não pode existir uma única virtude perfeita do bom cidadão.

Mas o homem bom é chamado “bom”

devido a uma virtude única, a virtude perfeita. A escolha dos magistrados é realizada não só de acordo com a riqueza dos cidadãos, mas também de acordo com a virtude. Em Aristóteles, a aristocracia atende à riqueza e à virtude.

A realeza revela uma índole aristocrática (posto que o poder real se funda no primado da excelência, do mérito e da virtude). Nela, o rei é escolhido dentre as facções que se notabilizam, quer pela superioridade da sua virtude, quer pelos feitos que advêm dessa conduta virtuosa, acrescido da capacidade do governante.

Já a tirania apresenta-se como um composto de oligarquia e democracia nas suas formas extremas. Por esse motivo, é o tipo de regime mais nefasto, segundo o filósofo, para os que são governados, uma vez que, combinando o que há de mau nos dois regimes, acumula os desvios e os defeitos em que ambos incorrem.

Para Aristóteles, quase todos os tiranos surgem das fileiras demagógicas (um exemplo é Pisístrato em Atenas), que conquistam a confiança popular através da difamação dos notáveis. Porém, outras tiranias anteriores surgiram de realezas em que os reis desprezaram a raiz hereditária da sua dignidade e

aspiraram a um poder despótico; outras, enfim, nasceram dos oligarcas que elegiam um dentre eles para as magistraturas mais importantes.

Tópicos para discussão

- Discutir a classificação dos regimes políticos.
- Debater as diferenças entre regimes retos e desviados.
- Trabalhar com a formação das palavras monarquia, oligarquia, aristocracia e democracia.

Democracia e oligarquia



Aristóteles, *A Política*
IV, 1289b.25-30; 1290a.10-15;
III, 1279b.40 – 1280a.6

A causa de existir muitos regimes é que as cidades costumam ter um grande número de partes. Em primeiro lugar, observamos que todas as cidades são formadas por famílias; em segundo, no entanto, é inevitável que esse conjunto se divida em ricos, pobres e medianos. É típico dos ricos serem *hoplitas* e é típico dos pobres lutarem sem armadura.

Portanto, é inevitável que existam tantos regimes quantos são as possibilidades de ordenações, conforme as relações de superioridade e as diferenças entre as partes. Porém, parece haver duas principais, assim como se diz dos ventos (que existem o Bóreas, do Norte, e o Noto, do Sul, e que os outros são todos variações destes dois), assim também entre os regimes existem dois principais: a democracia e a oligarquia.

O que diferencia a democracia e a oligarquia uma da outra é a pobreza e a riqueza.

τοῦ μὲν οὖν εἶναι
πλείους πολιτείας
αἴτιον ὅτι πάσης
ἔστι μέρη πλείω
πόλεως τὸν ἀριθμὸν.
πρῶτον μὲν γὰρ ἐξ
οικιῶν συγκειμέναι
πάσας ὁρώμεν τὰς
πόλεις, ἔπειτα πάλιν
τούτου τοῦ πλήθους
τούς μὲν εὐπόρους
ἀναγκαῖον εἶναι
τούς δ' ἀπόρους
τούς δὲ μέσους, καὶ
τῶν εὐπόρων δὲ
καὶ τῶν ἀπόρων τὸ
μὲν ὀπλιτικὸν τὸ δὲ
ἄνοπλον.
ἀναγκαῖον ἄρα
πολιτείας εἶναι
τοσαύτας ὅσαι περ
τάξεις κατὰ τὰς
ὑπεροχάς εἰσι καὶ
κατὰ τὰς διαφορὰς
τῶν μοριῶν.
μάλιστα δὲ δοκοῦσιν
εἶναι δύο, καθάπερ
ἐπὶ τῶν πνευμάτων
λέγεται τὰ μὲν
βόρεια τὰ δὲ νότια,
τὰ δ' ἄλλα τούτων
παρεκβάσεις, οὕτω
καὶ τῶν πολιτειῶν
δύο, δῆμος καὶ
ὀλιγαρχία.
ὧ δὲ διαφέρουσιν
ἢ τε δημοκρατία
καὶ ἢ ὀλιγαρχία
ἀλλήλων πείνια
καὶ πλοῦτός ἐστιν,

καὶ ἀναγκαῖον μὲν,
ὅπου ἂν ἄρχωσι
διὰ πλοῦτον, ἂν
τ' ἐλάττους ἂν
τε πλείους, εἶναι
ταύτην ὀλιγαρχίαν,
ὅπου δ' οἱ ἄποροι,
δημοκρατίαν, ἀλλὰ
συμβαίνει, καθάπερ
εἵπομεν, τοὺς μὲν
ὀλίγους εἶναι
τοὺς δὲ πολλούς.
εὐπόρουσι μὲν
γὰρ ὀλίγοι, τῆς δὲ
ἐλευθερίας μετέχουσι
πάντες· δι' ἅς αἰτίας
ἀμφισβητοῦσιν
ἀμφοτέροι τῆς
πολιτείας.

Sempre que se governa com base na riqueza, não importa se são poucos ou muitos no governo, o regime será, necessariamente, uma oligarquia. Por sua vez, sempre que os pobres governam será uma democracia. Acontece que, como dissemos, os ricos são poucos e os pobres são muitos. E se, por um lado, poucos têm acesso à riqueza, por outro todos participam da liberdade. Por essas razões, ambos estão em desacordo a respeito do regime político.

Vocabulário

ἄπορος (áporos) *adj.* pobre; sem acesso, sem recursos.

ἐλευθερία (eleuthería) *s.f.* liberdade; condição do homem livre (por oposição ao escravo).

εὐπόρος (éuporos) *adj.* rico; sem acesso, sem recursos.

πενία (penía) *s.f.* pobreza, carência, necessidade; condição de quem precisa trabalhar para viver.

πλοῦτος (plûtos) *s.m.* riqueza, fartura, abundância de bens.

Comentário

Aristóteles apresenta nesse trecho precisões empíricas acerca dos regimes. A sua classificação inicial dos regimes políticos apresenta-se sob um novo aspecto. Em lugar de três formas fundamentais e seus respectivos desvios, baseadas na quantidade e qualidade,

aparecem agora dois grandes tipos: a democracia e a oligarquia. Aqui, não é mais o número de pessoas no poder que as distingue, mas sim o fator social e econômico. Assim a classe econômica impacta o comportamento político dos cidadãos. Percebe-se, então, que são esses cidadãos que compõem os grupos, os quais formam as distintas partes que constituem uma cidade. Como, em geral os ricos são poucos e os pobres muitos, riqueza e pobreza são as partes mais eminentes de uma cidade. Aristóteles traça uma ligação entre domínio de um grupo e regime político estabelecido. Conseqüentemente, democracia e oligarquia tornam-se os regimes mais frequentes. Portanto, para Aristóteles, estas partes da cidade se mostram contrárias, de tal modo que os regimes são estabelecidos segundo a proeminência de uma ou de outra parte.

No trecho em que é apresentada a natureza da democracia e da oligarquia, o texto aristotélico traz novas considerações. Para Aristóteles, não se deve considerar a democracia de modo absoluto, como o regime em que a maioria tem a supremacia, da mesma forma não se deve considerar a oligarquia como o regime em que o poder é de poucos. Mesmo se os ricos fossem a maioria dominante (em quantidade), o estado ainda deveria aparecer

como uma oligarquia, visto que esses ricos tenderiam a conduzir suas medidas segundo os seus próprios interesses.

Aristóteles, entendendo o critério quantitativo como fator acidental e não essencial, classifica a democracia como regime em que as magistraturas são dominadas por uma maioria de cidadãos livres e pobres, que por acaso são mais numerosos (1279b.36). Entende-se que, embora, o critério quantitativo acompanhe os regimes oligárquico e democrático (poucos e muitos), o termo especifica que esse critério não é uma qualidade inerente a eles. O que classifica o regime oligárquico é o fato de serem as magistraturas dominadas por cidadãos ricos e de origem nobre, os quais por acaso são poucos numerosos. Aristóteles argumenta com uma proposição em que supõe uma cidade conter um número total de 1.300 cidadãos e que, desses, mil são ricos e não dividem o poder com os restantes trezentos, os quais, apesar de pobres, são livres e iguais a eles. Desta forma, ele exemplifica que esses cidadãos não se governam de modo democrático (1290a.35–40).

Nesse sentido, quando os pobres são em maior número, enquanto os ricos são em número escasso, ocorre que, enquanto todos participam da liberdade, poucos prosperam.

Portanto, para Aristóteles, essa é a causa pela qual uns e outros estão em desacordo sobre o tipo de regime político. Assim, pobres e ricos com seus distintos interesses se tornam as maiores forças antagônicas de uma comunidade cívica.

Os hoplitas

As constantes guerras em que os gregos estavam inseridos proporcionaram o desenvolvimento de táticas militares para ataque e defesa. Até o final do século VIII a.C. havia a cavalaria, e no início do século VII a.C., verificou-se uma inovação tática, que foi importante tanto para a defesa da *pólis* como para a sociabilidade dentro dela.



Fig. 23
Armadura hoplita

A infantaria grega começou a combater os inimigos usando o *hóplon*, termo que designava o conjunto do equipamento do soldado: armadura, caneleira (ou “grevas”),

escudo e elmo. A tática era de formarem uma espécie de muralha, em que o escudo sempre protegia tanto o seu portador como o seu companheiro ao lado.

A hoplitia possibilitou cultivar o sentimento de comunidade, uma vez que um hoplita deveria ser solidário com o outro, tanto no meio do combate como na formação e permanência da muralha. Também permitiu o acesso de um maior número de cidadãos médios ao poder militar, antes restrito aos nobres. Com isso, passaram-se a reivindicar um espaço político na cidade, uma vez que eles lutavam para protegê-la.

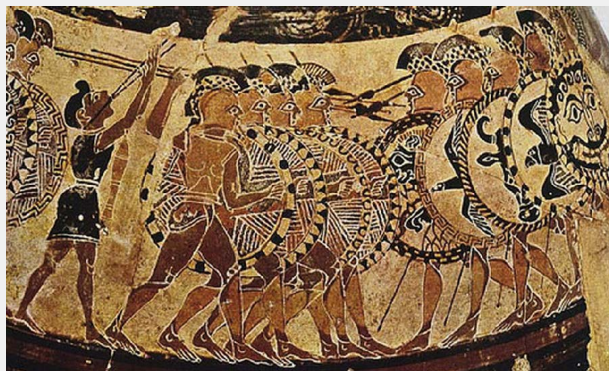


Fig. 24 *Vaso chigi*

Tópicos para discussão

- Discutir a democracia e a oligarquia na Grécia Antiga.
- Debater os conflitos sociais advindos da riqueza e pobreza.
- Discutir a importância da liberdade para a democracia.

A configuração do *dêmos*



Aristóteles, *A Política* IV,
1291b.16-21; 26-30

Existem muitas categorias tanto de *dêmos* quanto dos chamados nobres. Do *dêmos*, por exemplo, existe a categoria dos agricultores; a categoria relativa às artes e aos ofícios; a dos comerciantes que trabalham com compra e venda; a dos que trabalham no mar, seja na marinha de guerra, na marinha mercante, no transporte ou na pesca.

Além dessas, existe a categoria dos autônomos e a categoria daqueles que têm tão pouco recurso que não podem ter folga; há também a categoria dos que são livres porque um dos pais é cidadão; entre tantas outras categorias que possam existir como estas.

Já os nobres, o que os distingue é a riqueza, a família, a excelência, a educação e outros diferenciais que lhes são atribuídos.

εἶδη γὰρ πλείω
τοῦ τε δήμου καὶ
τῶν λεγομένων
γνωρίμων ἔστιν,
οἷον δήμου μὲν εἶδη
ἐν μὲν οἱ γεωργοί,
ἕτερον δὲ τὸ περὶ
τὰς τέχνας, ἄλλο
δὲ τὸ ἀγοραῖον
τὸ περὶ ὀνίων καὶ
πράσιν διατρίβον,
ἄλλο δὲ τὸ περὶ
τὴν θάλατταν,
καὶ τούτου τὸ μὲν
πολεμικὸν τὸ δὲ
 χρηματιστικὸν τὸ δὲ
πορθμευτικὸν τὸ δ'
ἀλιευτικόν.
πρὸς δὲ τούτοις τὸ
χερνητικὸν καὶ τὸ
μικρὰν ἔχον οὐσίαν
ὥστε μὴ δύνασθαι
σχολάζειν, ἔτι τὸ
μὴ ἐξ ἀμφοτέρων
πολιτῶν ἐλεύθερον,
κὰν εἴ τι τοιοῦτον
ἕτερον πλήθους
εἶδος: τῶν δὲ
γνωρίμων πλοῦτος
εὐγένεια ἀρετὴ
παιδεία καὶ τὰ
τούτοις λεγόμενα
κατὰ τὴν αὐτὴν
διαφορὰν.

Vocabulário

ἀγοραῖος (agoraios) *adj.* quem frequenta a ágora, o mercado público; mercador.

ἀλιευτικός (halieutikós) *adj.* relativo à pesca ou ao pescador.

ἀρετή (areté) *s.f.* coragem, bravura, valor; excelência, virtude.

γεωργός (georgós) *s.m.* agricultor; aquele que trabalha na terra.

γνώριμος (gnórimos) *adj.* conhecido de todos; notável, ilustre; nobre.

δῆμος (dêmos) *s.m.* distrito, bairro; os seus habitantes; o povo.

εὐγένεια (eugéneia) *s.f.* condição de quem nasce em família nobre importante.

θάλαττα (thálatta) *s.f.* mar.

παιδεία (paidéia) *s.f.* conhecimento, educação.

πλοῦτος (plûtos) *s.m.* riqueza, fartura, abundância de bens.

πολεμικός (polemikós) *adj.* relativo à guerra; bélico.

πορθμευτικός (porthmeutikós) *adj.* relativo à travessia por barco.

τέχνη (tékhne) *s.f.* conhecimento técnico de um ofício ou de uma arte.

χερνητικός (khernetikós) *adj.* relativo quem vive do trabalho manual.

χρηματιστικός (khrematistikós) *adj.* relativo ao comércio.

Comentário

A primeira questão fundamental nesse trecho é saber o que é um cidadão. Para Aristóteles não há um acordo geral em torno de uma definição única de cidadão, pois o conceito de cidadão depende do tipo de regime. O homem que é tido por cidadão numa democracia muitas vezes não o é numa oligarquia (1275a.6). Aristóteles busca definir o ci-

dadão em absoluto. Dessa forma, para o autor o melhor critério é entender a cidadania como capacidade de participar da administração da justiça e do governo (1275a.23–4). Aristóteles ainda acrescenta que existem vários tipos de cidadão, cujo designação cabe, em sentido estrito, a quem compartilha das honras da cidade (1278a.35). Existem indivíduos que são membros da cidade, mas não são cidadãos segundo a forma aristotélica, como as mulheres, os escravos e os metecos. As crianças e os anciãos são considerados cidadãos imperfeitos, visto que aqueles são demasiado jovens, enquanto estes já estão dispensados de exercer funções cívicas. Assim, Aristóteles considera as crianças cidadãos imperfeitos e os anciãos cidadãos eméritos (1275a. 14–19). Os cidadãos representavam apenas um estrato da população e não a totalidade. No trecho acima, Aristóteles divide os cidadãos em dois grandes grupos: um a quem ele chama de povo (*dêmos*, δῆμος) e outro chamado de notáveis (*gnórimos*, γνώριμος). Esta polarização se ajustou à teoria quando homens e cidades se rotularam como oligarcas ou democráticos. E, ainda, esclarece que *dêmos*, particularmente, era uma palavra ambígua, que podia ser usada para denotar toda a comunidade de cidadãos, toda a comunidade em sujeição oposta a seu

regente ou regentes, ou a massa das classes mais baixas em oposição aos notáveis, os quais podem ser entendidos como os cidadãos que mais se destacavam na comunidade, seja devido à sua condição de riqueza ou à sua origem nobre, como Aristóteles elenca no trecho apresentado.

A segunda questão fundamental é entender o significado de *dêmos*. O termo tem conceito territorial e político: designa ao mesmo tempo uma porção de território e o povo que nele habita. Evidencia-se, porém, que *dêmos* é um grupo de homens unidos por uma condição social comum. Desta forma, deve-se entender que o termo abrange uma porção, a qual, pode-se dizer, é a mais pobre dentre aqueles que são considerados cidadãos. Essa porção era constituída por pequenos comerciantes, marinheiros, artesãos, agricultores e operários, ofícios que, para Aristóteles, são partes necessárias para a composição da cidade.

Ofícios na Grécia Antiga

Entre os principais ofícios realizados pelos gregos temos: agricultor, artesão, comerciante e marinheiro. Em cada um desses ofícios podem ser observadas variações em seu interior. O estudo da relação das mulheres com o mundo do trabalho é de grande importância para a compreensão da sua condição na Grécia Antiga. O mesmo ocorre com escravos que ocupavam diferentes ofícios.

Agricultores

Os agricultores possuíam grande importância na sociedade grega, principalmente por serem a maior parte da população e a base da economia das cidades ser agrícola. Habitavam a *Khóra* (parte rural da *pólis*). Cultivavam oliva, vinhas, cereais e alguns vegetais e frutos; criavam cabras e algumas aves, bem como equinos que eram utilizados na locomoção e para tração. A família era a unidade de produção e consumo desses trabalhadores.

Os agricultores poderiam possuir a própria terra na qual trabalhariam ou trabalhar na terra de alguém, seja no emprego direto ou como arrendatário. A posse da terra era algo essencial para a determinação da posi-

ção social do camponês. Realizaram diversas lutas tanto por terras como por direitos políticos, que tiveram como consequência a ascensão dos tiranos e as reformas dos legisladores no período arcaico.



Fig. 25 Vida rural

Artesãos

No interior do próprio grupo dos artesãos havia diferenciações, seja pela habilidade, pelo objeto do seu trabalho e pela riqueza possuída; a habilidade era um elemento de grande importância e a riqueza poderia modificar a posição social do sujeito. Entre as principais atividades artesanais podemos destacar a confecção de roupas e sapatos e a produção de objetos de ferro, couro e cerâmica. Essa última teve grande importância na Grécia Antiga, possuindo função utilitária e artística; as decorações de algumas peças constituem hoje uma importante fonte histórica para os estudos sobre a Antigui-

dade grega. As atividades artesanais poderiam ocorrer ao ar livre, mas, em grande parte, aconteciam em locais fechados como uma oficina ou a casa de um artesão. Alguns artesãos podiam empregar outros na sua oficina, sendo comum também homens livres e escravos trabalharem lado a lado. O trabalho do artesão, que ocorria por jornada ou por tarefa, era visto pelos gregos como um serviço a outrem ou à comunidade. Os artesãos concentravam-se principalmente nas áreas urbanas. Essa atividade possuía baixo prestígio social.



Fig. 26 Oficina de um escultor

Homens do mar

Entre os chamados homens do mar, podemos destacar quatro grupos: os que estavam relacionados à função militar, os mercadores, os pescadores e os piratas. Na navegação militar, temos os navios de guerra e os destinados ao transporte de tropas; o aparecimento dos navios de guerra foi uma

importante inovação militar, contribuindo para o domínio dos gregos do Mediterrâneo. O comércio marítimo trata, sobretudo, do comércio de longa distância, atividade que produzia lucros maiores que o comércio local e era realizada, principalmente, por metecos; o comércio marítimo realizava o abastecimento de diversas cidades, inclusive realizando o comércio de grãos que tinha uma grande importância para algumas delas, como era o caso de Atenas. A pesca era tanto um meio de obter renda como de obter suplementação para a alimentação; era realizada, geralmente, em equipe; os pescadores possuíam status baixo, mas eram livres. Os piratas, muitas vezes, eram corsários de cidades costeiras, sendo o comércio de escravos uma das suas principais fontes de renda.



Fig. 27 Navio mercante e de guerra

Comerciantes

Podemos dividir os comerciantes em três grupos. Os *kápelos* eram responsáveis pelo comércio local, abastecendo o mercado interno; vendiam principalmente a varejo produtos de uso cotidiano e mais imediato. Os *émpolos* exerciam comércio a longa distância, ultramarino, abastecendo as cidades; vendiam a atacado. Os *náukleros* tinham como característica essencial o fato de serem donos de navios, mas podiam também comercializar mercadorias neles. Esses dois últimos tipos são de difícil distinção, comumente se confundindo entre si. Os comerciantes eram, em sua maioria, metecos. O comerciante poderia ser também o produtor, mas normalmente não era; também era comum a utilização de intermediários entre o produtor e o comerciante. Com o crescimento do comércio na Grécia nos séculos VII-VI a.C., os comerciantes adquiriram maior força.



Fig. 28
Moeda ateniense

Mulheres

Na visão dos gregos, o lugar ideal para a mulher seria no gineceu, onde ficaria no ócio ou poderia se ocupar da tecelagem. A mulher deveria possuir a pele mais clara do que quem trabalhava ao ar livre. Porém, algumas fontes mostram a inserção das mulheres no mundo do trabalho grego, principalmente as mais pobres. No campo era comum a coleta de frutos; na cidade, a venda de produtos na ágora e nas ruas por mulheres. Algumas fontes indicam até a presença de mulheres em oficinas artesanais, espaço considerado masculino.



Fig. 29
Mito de Penélope

Tópicos para discussão

- Discutir o conceito de cidadania na Grécia Antiga.
- Refletir a relação entre exercício da política e trabalho.
- Debater sobre a configuração do *dêmos*.
- Discutir a importância da marinha para democracia ateniense.
- Debater sobre os critérios de classificação de pobres e ricos.

Tipos de democracia

Aristóteles, *A Política* IV,
1291b.30 – 1292a.5



A primeira categoria de democracia se define, sobretudo, pelo equilíbrio. Pois neste tipo de democracia a lei considera equilibrado que nem os pobres e nem os ricos prevaleçam uns sobre os outros e que nenhum deles tenha mais autoridade; ao contrário, que ambos sejam iguais. Agora, se a liberdade existe principalmente na democracia, conforme alguns pensam, e também a equidade, isso seria completo com a participação de todos no regime, da forma mais igualitária possível. Mas, como o *dêmos* é maior em número e a decisão por maioria é a autoridade, é inevitável que isso seja uma democracia. Essa é uma categoria de democracia.

Outra é aquela em que os cargos são ocupados a partir da renda, que é pouca; deve ser possível ao que ganha essa renda participar do poder, e quem a perde não participa. Outra categoria de democracia é aquela em que todos os cidadãos que não estão sob auditoria participam do poder, porém a lei está acima de tudo. Outra categoria de democracia é aque-

δημοκρατία μὲν οὖν ἐστὶ πρώτη μὲν ἢ λεγομένη μάλιστα κατὰ τὸ ἴσον. ἴσον γὰρ φησὶν ὁ νόμος ὁ τῆς τοιαύτης δημοκρατίας τὸ μὴδὲν μάλλον ὑπερέχειν τοὺς ἀπόρους ἢ τοὺς εὐπόρους, μὴδὲ κυρίου εἶναι ὀποτεροσούν, ἀλλ' ὁμοίους ἀμφοτέρους. εἴπερ γὰρ ἐλευθερία μάλιστα ἔστιν ἐν δημοκρατία, καθὰπερὶτολαμβάνουσί τινες, καὶ ἰσότης, οὕτως ἂν εἴη μάλιστα, κοινωνουμένων πάντων μάλιστα τῆς πολιτείας ὁμοίως. ἐπεὶ δὲ πλείων ὁ δῆμος, κύριον δὲ τὸδόξαν τοῖς πλείοσιν, ἀνάγκη δημοκρατίαν εἶναι ταύτην. καθὰπερὶτολαμβάνουσί τινες, καὶ ἰσότης, οὕτως ἂν εἴη μάλιστα, κοινωνουμένων πάντων μάλιστα τῆς πολιτείας ὁμοίως. ἐπεὶ δὲ πλείων ὁ δῆμος, κύριον δὲ τὸδόξαν τοῖς πλείοσιν, ἀνάγκη δημοκρατίαν εἶναι ταύτην. ἐν μὲν οὖν εἶδος δημοκρατίας τοῦτο, τὸ τὰς ἀρχὰς ἀπὸ τιμημάτων εἶναι, βραχέων δὲ τούτων ὄντων· δεῖ δὲ τῷ κτωμένῳ ἐξουσίαν εἶναι μετέχειν καὶ τὸν ἀποβάλλοντα μὴ μετέχειν. ἕτερον εἶδος δημοκρατίας τὸ μετέχειν ἅπαντας τοὺς πολίτας

ὅσοι ἀνυπεύθινοι, ἄρχειν
δὲ τὸν νόμον. ἕτερον
δὲ εἶδος δημοκρατίας
τὸ παντὶ μετεῖναι τῶν
ἀρχῶν, εἴαν μόνον ἢ
πολίτης, ἄρχειν δὲ τὸν
νόμον. ἕτερον δὲ εἶδος
δημοκρατίας τᾶλλα μὲν
εἶναι ταῦτά, κύριον δ'
εἶναι τὸ πλῆθος καὶ
μὴ τὸν νόμον. τοῦτο
δὲ γίνεται ὅταν τὰ
ψηφίσματα κύρια ἢ ἄλλα
μὴ ὁ νόμος. συμβαίνει
δὲ τοῦτο διὰ τοὺς
δημαγωγούς.

la em que todos têm acesso aos cargos, desde que sejam cidadãos, porém a lei está acima de tudo. Por fim, outra categoria de democracia é tal como as anteriores, porém o conjunto de cidadãos é a autoridade suprema e não a lei. Isso ocorre sempre que os decretos são autoridade suprema e não a lei. Isso acontece por causa dos demagogos.

Vocabulário

ἄρχειν (árkhein) *v.* governar, presidir, exercer o poder.

ἀρχῶν (árkhon) *s.m.* pessoa que ocupa um cargo de autoridade; comandante, governante; oficial, magistrado.

δημαγωγός (demagogós) *s.m.* o que conduz o povo; representante popular.
[Etim. δῆμος + ἄγωγός (dêmos + agogós), ‘povo + condutor’.]

ἴσος (ísos) *adj.* igual (em força, qualidade ou condição); equilibrado.

νόμος (nómos) *s.m.* regra de conduta; costume; lei.

πλῆθος (plêthos) *s.n.* grande número; multidão; o conjunto dos cidadãos.

τίμημα (tímema) *s.n.* valor estimado; renda, fortuna.

ψήφισμα (pséphisma) *s.n.* decisão votada; decreto da assembleia do povo.

Comentário

O regime democrático em Aristóteles é subdividido em cinco diferentes espécies. Depreende-se da primeira espécie o termo equilíbrio (*íson*, ἴσον), a palavra caracteriza precisamente esse tipo de democracia. Considerando que a oposição entre pobres e ri-

cos é evidente na sociedade, o regime democrático ateniense enxergava na igualdade um traço fundamental, o qual daria aos cidadãos as mesmas possibilidades, sem se ater à categoria social ou aos meios de fortuna. Atenas considerava este aspecto de grande importância em conjunto com os demais: a isonomia, a isegoria e a isocracia. Dessa forma, para Aristóteles, a liberdade, assim como a igualdade, é condição preponderante na democracia e esses dois princípios se tornam mais poderosos quando todos os cidadãos se encontram congregados na vida da cidade (1291b. 36).

► Princípios da
Democracia p. 53

A relação entre democracia e supremacia da lei é evidente em todas as espécies apresentadas em *A Política*. Para Aristóteles, a lei deve estar acima de tudo, cabendo aos magistrados e ao poder instituído decidir apenas os casos particulares (1292a.33–4). A liberdade, para o ateniense, significava o reinado da lei e a participação no processo de tomada de decisões. Não havia o reconhecimento da existência de direitos e de um domínio privado intangíveis para o Estado.

A supremacia da lei apenas não está presente na última forma de democracia apresentada, visto que nessa espécie a supremacia pertence ao povo. Para o autor de *A Política*, isto sucede sempre que a decisão suprema

decorre dos decretos e não da lei. A distinção entre lei e decreto está na sua qualidade normativa: a lei possui um caráter universal e uma vigência perene, enquanto o decreto possui um caráter eventual que lhe permite regulamentar situações de forma temporária.

Aristóteles acredita que nas cidades em que a lei não é suprema abre-se a oportunidade para o surgimento do demagogo, que no sentido neutro da palavra, tende a exercer um papel tanto mais significativo quanto maior for o peso atribuído à intervenção efetiva dos cidadãos nos destinos da sociedade e nas decisões da cidade. Somente no final do século V a.C. que a palavra demagogo passa a ter uma carga negativa que lhe acompanha até os dias atuais. O autor ainda acrescenta que esses dirigentes em vez de serem condutores do povo, aconselhando-o e indicando-lhe o caminho da prudência, do bom senso e da razão, deixam-se arrastar pela vontade do *dêmos*, quando não incitavam as suas inclinações e caprichos.

É possível observar em Aristóteles essa visão negativa do demagogo. Para o filósofo, a importância dos demagogos advém de o povo dominar em todas as situações, e de eles próprios dominarem a opinião popular, sabendo de antemão como a multidão lhe obedece. E

conclui que tal ordenação política, onde tudo se regula por decretos, nunca poderá ser identificada como democracia propriamente dita.

Tópicos para discussão

- Debater a liberdade e a igualdade na democracia.
- Diferenciar os critérios para assumir um cargo político.
- Discutir a importância da lei para o regime democrático.
- Caracterizar a atuação do demagogo e suas consequências.

Tipos de oligarquia

Aristóteles, *A Política* IV,
1292a.40 – 1292b.10

ὀλιγαρχίας δὲ εἶδη ἐν
μὲν τὸ ἀπὸ τιμημάτων
εἶναι τὰς ἀρχὰς
τηλικούτων ὥστε τοὺς
ἀπόρους μὴ μετέχειν,
πλείους ὄντας, ἐξεῖναι
δὲ τῶν κτωμένων
μετέχειν τῆς πολιτείας
ἄλλο δὲ, ὅταν ἀπὸ
τιμημάτων μακρῶν
ᾧσιν αἱ ἀρχαὶ καὶ
αἰρῶνται αὐτοὶ
τοὺς ἐλλείποντας
(ἂν μὲν οὖν ἐκ
πάντων τούτων
τοῦτο προῶσι, δοκεῖ
τοῦτ' εἶναι μᾶλλον
ἀριστοκρατικόν,
εἰάν δὲ ἐκ τινῶν
ἀφωρισμένων,
ὀλιγαρχικόν)-
ἕτερον δ' εἶδος
ὀλιγαρχίας, ὅταν
παῖς ἀντὶ πατρὸς
εἰσῆ, τέταρτον δ',
ὅταν ὑπάρχη τε τὸ
νῦν λεχθέν καὶ ἀρχὴ
μὴ ὁ νόμος ἀλλ' οἱ
ἄρχοντες, καὶ ἔστιν
ἀντιστροφὸς αὕτη
ἐν ταῖς ὀλιγαρχίαις
ὡσπερ ἡ τυραννὶς ἐν
ταῖς μοναρχίαις, καὶ
περὶ ἧς τελευταίας
εἴπαμεν δημοκρατίας
ἐν ταῖς δημοκρατίαις;
καὶ καλοῦσι δὴ τὴν
τοιαύτην ὀλιγαρχίαν
δυναστείαν.

Quanto às categorias de oligarquia, a primeira é aquela em que os cargos são ocupados a partir de rendas altas o bastante para que os pobres não possam participar do regime, mesmo sendo a maioria, mas só quem ganha esse tanto pode participar. A segunda é sempre que os cargos são ocupados a partir de rendas grandes; os que as possuem elegem-se entre si para os cargos vagos (se fazem isso entre todos, o regime parece mais aristocrático; se fazem entre alguns, parece mais oligárquico). A terceira categoria de oligarquia é sempre que o filho assume o lugar do pai. A quarta categoria é sempre que isso ocorre com o acréscimo de que não é a lei que manda, mas quem está nos cargos. Esta categoria está para as oligarquias assim como a tirania está para as monarquias e a última categoria de democracia está para as democracias. É esta oligarquia que é chamada de dinastia.

Vocabulário

ἄπορος (áporos) *adj.* pobre; sem acesso, sem recursos.

ἄρχειν (árkhein) *v.* governar, presidir, exercer o poder.

ἄρχων (árkhon) *s.m.* pessoa que ocupa um cargo de autoridade; comandante, governante; oficial, magistrado.

δυναστεία (dynastéia) *s.f.* poder, domínio.

νόμος (nómos) *s.m.* regra de conduta; costume; lei.

παῖς (páis) *s.n.* criança; filho.

πατήρ (patér) *s.m.* pai.

τηλικοῦτος (telikútos) *adj.* muito grande; muito importante.

τίμημα (tímema) *s.n.* valor estimado; renda, fortuna.

Comentário

O trecho selecionado trata das peculiaridades do **regime oligárquico**. É possível observar que o nível de aferição censitária é a principal característica desse regime, em que os magistrados são selecionados de acordo com a sua fortuna. Por isso, o tamanho da fortuna é imprescindível para o regime oligárquico.

O primeiro caso refere-se a uma parte dos cidadãos que possuem um grande patrimônio, ainda que sejam minoria. Neste caso confere-se ao proprietário o direito de participar do governo da cidade e a supremacia reside na lei e não propriamente nos indivíduos.

Em uma segunda forma de oligarquia

► Políbio p. 106

nota-se uma superioridade do valor da riqueza, e os cidadãos que detêm essas posses são em menor número do que os citados no primeiro caso. Esses cidadãos, segundo Aristóteles, julgam-se superiores aos demais, em virtude de terem mais força e chegam a escolher dentre os demais cidadãos os que deverão ocupar as magistraturas. Todavia, não sendo suficientemente fortes para governarem à revelia da lei, procuram ser eles a promulgar as leis nestas circunstâncias (1293a.20–5).

A terceira espécie de oligarquia refere-se a um grupo mais reduzido que a minoria citada acima, o qual, por deter uma elevada renda, reserva para si próprio o acesso às magistraturas, segundo uma lei que, em caso de falecimento, assegura aos filhos a sucessão no cargo. Quando esse grupo se torna ainda mais restrito e com mais preponderância devido às avultadas riquezas, então o regime que advém é uma dinastia, já muito próxima da monarquia negativa (tirania), na qual os homens dominam e não a lei.

Para Aristóteles (1293a.33–5), é nessa circunstância que surge a quarta forma de oligarquia, a qual tem o seu equivalente na última forma de democracia. A forma dinástica de regime se distingue pelo domínio coercivo em proveito próprio, não se confundindo com o

sentido excelente da realeza, que exerce uma autoridade consentida em benefício comum. Dessa forma, pode-se considerar a dinastia como poder tirânico de um grupo restrito.

Tópicos para discussão

- Discutir a oligarquia na Grécia Antiga.
- Refletir sobre a participação política no regime oligárquico.
- Relacionar o regime político e o exercício da justiça.

O oligarca em Teofrasto

Tirtamo foi um filósofo grego que se dedicou ao estudo da botânica e da filosofia em seus vários âmbitos. Foi discípulo de Aristóteles e seu sucessor na direção da escola peripatética em Atenas. Mais tarde recebeu do mestre a alcunha de Teofrasto, por causa de suas qualidades como orador. Em suas obras percebem-se elementos do pensamento aristotélico, principalmente ao tratar do indivíduo, que é analisado a partir do meio social em que vive. Em uma delas, *Os Caracteres*, Teofrasto aponta trinta diferentes perfis viciosos e suas respectivas formas de agir nas situações cotidianas. A análise desses tipos humanos conduz à compreensão da sociedade ateniense do século IV a.C. Um dos perfis descritos por Teofrasto é o oligarca que simboliza a autoridade plena atribuída a um só representante e a aversão à democracia. Ele descreve seu comportamento, marcado por luxos e pela tentativa de atender aos interesses da oligarquia, a fim de manter os privilégios de sua classe. Além disso, o oligarca considerava vergonhoso consultar a população, por isso declarava a abstenção política. Assim como em Aristóteles, para Teofrasto a oligarquia é um governo degenerado, uma vez que visa os interesses dos mais ricos e, portanto, não é vantajoso para o bem coletivo.

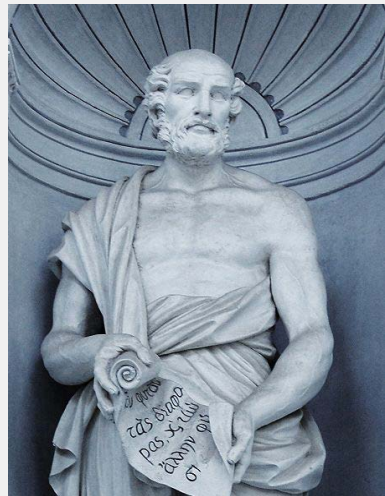


Fig. 30 Teofrasto

Referências

- ANAGNOSTOPOULOS, Georgios. **A companion to Aristotle**. UK: Wiley-Blackwell, 2009.
- ARISTOTLE. **Politics**. Ed. W. D. Ross. Oxford: Clarendon Press, 1957.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.
- AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Economia e Sociedade na Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70, s.d.
- BAILLY, Anatole. **Dictionnaire grec-français**. Paris: Hachette, 2000.
- BENVENISTE, Emile. **Le Vocabulaire des Institutions Indo-européennes**. Paris: Les Editions de minuit, 1969.
- CARVALHO, A. G. Comércio e Política na Grécia Antiga: uma crítica ao neoprimativismo de Johannes Hasebroek. In: **Anais do V Encontro Estadual de História ANPUH/BA**, p. 1-6. Vitória da Conquista: edições UESB, 2010.
- CASSON, Lionel. **The Ancient Mariners: Seafarers and Sea Fighters of the Mediterranean in Ancient Times**. 4. ed. New York: The Macmillan Company, 1967.
- CERQUEIRA, F. V. Evidências iconográficas da participação de mulheres no mundo do trabalho e na vida intelectual e artística na Grécia antiga. In: **IV Encontro de História da Arte - A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2008.
- CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots**. Paris: Éditions Klincksieck, 1968.
- CHEVITARESE, André Leonardo. A Pesca na Pólis Ateniense no Período Clássico. **Phoínix**, Rio de Janeiro, v. 2, p.57-69, 1996.
- FERREIRA, José R. A época arcaica: crises de crescimento. In: **A Grécia Antiga**. Em torno da pólis: sociedade e moeda, Lisboa, 1991.
- FERREIRA, José R. Atenas, uma democracia?. **Revista da Faculdade de Letras do Porto**. Línguas e Literaturas, v. 6, p. 171-187, 1989.
- FERREIRA, José R.; LEÃO, Delfim F. **Dez grandes estadistas atenienses**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FINLEY, M. I. **La economía de la antigüedad**. México, D. F: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FLAMARION, Ciro Cardoso. **A Cidade-Estado Antiga**. São Paulo: Ática, 1993.

GALLEGO, Julián. Farming in the Ancient Greek World: How should the small free producers be defined? **Studia Humaniora Tartuensi**, Tartu, v. 8, n. 3, p.1-21, 2007.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Tradução e estudo de Luiz Otávio Mantovaneli. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

HIRATA, E. F. V. **A cidade grega antiga: a pólis**. São Paulo: Labeca - MAE/USP, 2009.

LESSA, F. S. Expressões do Feminino e a arte de tecer tramas na Atenas Clássica. **Hvmanitas**, Coimbra, v. 63, p. 143-156, 2011.

MELO, Gabriel da Silva. **Mercadores e Comerciantes na Democracia Ateniense: 431-322 a.C.** Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

RIBEIRO JR., W. A. O mosaico de Aristóteles. **Portal Gracia Antiqua**. São Carlos. Disponível em: <greciantiga.org/img.asp?num=0973>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

SILVA, Maria de Fátima Sousa. **Teofrasto. Caracteres**. Tradução do grego, introdução e comentário. Coimbra e São Paulo: IUC e Annablume, 2014.

STARR, Chester. G. **O Nascimento da Democracia Ateniense**. A assembléia no século V a.C. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Odysseus, 2005.

THEML, Neyde. Artesãos e status na pólis dos atenienses. **Phoínix**, Rio de Janeiro, v. 10, p.246-256, 2004.

VIEIRA, Ana Livia Bonfim. Algumas considerações sobre a imagética da pesca na Atenas do período clássico. **Phoínix**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 44-51, 2007.

ZARAUZA, José Alejandro. El campesino griego: sujeto de derecho en la pólis. In: **Actas del VI Colóquio Internacional ΑΓΩΝ: Competência y Cooperación de la Antigua Grecia a la Actualidad**, p. 839-850. La Plata: 2012.

Figuras

Fig. 7 Busto de Aristóteles, datado do século I-II a.C, cópia romana da obra de Lipiso (360 - 315 a.C.), encontra-se no museu do Louvre, Paris. Disponível em: <<http://www.vijesti.me/forum/prezir-12875>> Acesso em 20 out. 2018

Fig. 8 Representação de Clístenes. Disponível em: <https://gl.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%ADstenes_de_Atenas#/media/File:Cleisthenes.jpg> Acesso em 16 out. 2018

Fig. 9 Representação romana em mármore do busto do general ateniense, Temístocles, do original do século V a.C. Museu Ostiense, Roma. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Busto_di_temistocle_da_originale_greco_del_V_secolo_ac,_dal_decumano_presso_il_casamento_del_temistocle.JPG> Acesso em 04 ago. 2017

Fig. 10 Cópia romana do busto em mármore de Péricles, do original grego de 430 a.C. Museu do Vaticano, Roma. “Péricles de Atenas, filho de Chantipo”. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/explore/cerca-de-m%C3%A1rmore/>> Acesso em 24 jul. 2017

Fig. 11 Representação da Colina de Pnyx, região onde normalmente eram realizadas as reuniões da assembleia, a 400 m da ágora principal, onde também se realizavam os encontros. Disponível em: <<https://nihilnovum.files.wordpress.com/2010/04/pnyx.gif>> Acesso em 24 jul. 2017

Fig. 12 Morro do Areópago. Disponível em: <<https://fr.wikipedia.org/wiki/Ar%C3%A9opage>> Acesso em 08 de out. 2018

Fig. 13 Máquina de votos, usada para selecionar cidadãos para o serviço de juízes. Disponível em: <<https://www.ancient.eu/image/3332/kleroteria/>> Acesso em 08 out. 2018

Fig. 14 Representação em cerâmica de um senhor (à esquerda) e seu escravo, datado entre 350 – 340 a.C. Museu do Louvre, Paris. Havia os escravos públicos, que cuidavam da segurança interna e mantinham autoridade perante os próprios cidadãos ou que trabalhavam nos próprios órgãos públicos da *pólis*; E havia os escravos particulares, que exerciam diferentes profissões, sendo que alguns recebiam um salário que não era menor do que recebia um cidadão comum, enquanto outros não. O pior destino de trabalho era nas minas (trabalho pesado), mas a lei de Atenas garantia o direito à vida e à dignidade e protegia de abusos. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/41/Phlyax_scene_Louvre_CA7249.jpg> Acesso em 27 de jul. 2017

Fig. 15 Retrato de Sólon, de Merry-Joseph Blondel, 1828. Na imagem vemos

representado o legislador e poeta Sólon. As reformas empreendidas por ele contribuíram para mudanças na configuração da ordem como as medidas que conduziram a uma maior participação política do povo, limitando o domínio dos eupátridas sobre o poder político. Disponível: <<http://4.bp.blogspot.com/-S7Rom2AqlZg/VTaMZKMZ4PI/AAAAAAAAAtg/D2OF6DJ-CWbs/s1600/solon.jpg>> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 16 Ânfora grega representando a colheita da oliveira, datada de 520 a.C. Na imagem, podemos observar alguns homens coletando oliveira, provavelmente para fazerem o óleo de oliveira, produto importante na economia grega. Os *georgói* eram caracterizados por serem pequenos produtores agrícolas, porém, apesar de possuírem terras, muitos se encontravam em situação de pobreza. Disponível: <http://www.britishmuseum.org/collectionimages/AN00093/AN00093706_001_1.jpg> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 17 *La fragua de Vulcano* de Diego Velázquez, 1630. A clássica obra do barroco pintada por Velázquez representa a oficina de Hefesto no momento em que Apolo conta sobre o adultério de Afrodite. A imagem nos mostra, através da oficina de Hefesto, a atividade da metalurgia, normalmente desempenhada pelos demiurgos, os trabalhadores livres urbanos. Disponível: <https://content3.cdnprado.net/imagenes/Documentos/imagenes/84/84a0/84a0240d-b41a-404d-8433-6e4e2efd21ab/d5d182d5-cf04-4141-95df-2769a0e08a5c_832.jpg> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 18 Fragmento de alto-relevo representando marinheiros de uma trirreme grega, datado de 410-400 a.C. A imagem representa remadores das trirremes. Em geral, estes eram provenientes dos tetas, os camponeses sem terra e que estavam marginalizados socialmente. Os remadores das trirremes tiveram um importante papel na resistência às tentativas de golpe da aristocracia contra a democracia. Disponível: <https://s3.amazonaws.com/classconnection/626/flashcards/4719626/jpg/lenormant_relief-150CA910F01275E9665.jpg> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 19 Busto de Lísias de Siracusa, de Fratelli Alinari, datado de 1900. Apesar de a participação política ser negada aos metecos, alguns deles obtiveram destaque importante em outras esferas da sociedade, como a economia e a cultura. Na imagem, temos o busto de Lísias, importante orador grego, proveniente de família meteca, que recebeu o título de cidadão em 403 a.C., mas foi cassado e retornou ao seu *status* de meteco. Lísias teve importante papel cultural, inclusive deixando discursos que serviram de fontes para o estudo dos metecos. Outro exemplo de meteco influente na sociedade ateniense é Aristóteles, nascido em Estagira. Disponível: <<http://iris.haverford.edu/library/files/2017/01/Lysias-664x1024.jpg>> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 20 Pintura Brigos, datada de 500-470 a.C. A imagem representa um

jovem escravo segurando a cabeça de um homem que vomita. O escravo na imagem realiza uma atividade mais banal, o que nos permite observar a diversidade da localização do escravo na sociedade ateniense, mas exercendo um papel social vital. Disponível: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8a/Nationalmuseet_-_Copenhagen_-_brygos_vomiting.jpg/800px-Nationalmuseet_-_Copenhagen_-_brygos_vomiting.jpg> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 21 A imagem retrata o território e a estrutura de uma *pólis* grega, nela podemos observar as divisões do espaço e suas fronteiras. Disponível em: <<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/professores/livreto-exposicao/>> Acesso em 8 mai. 2018

Fig. 22 Tática hoplita (“falange”). Disponível em: <<http://tabernadofauno.blogspot.com.br/2015/10/hoplitas-imponente-infantaria-grega.html>> Acesso em 09 nov. 2017

Fig. 23 Armadura hoplita. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31393>> Acesso em 09 nov. 2017

Fig. 24 “*Vaso chigi*”, datado do século VII a.C., de pintura coríntia. Uma das mais antigas representações de falanges já encontradas. Disponível em: <<https://www.panorama-numismatico.com/raffigurazioni-di-guerrieri-sulle-monetegreche/#lightbox/0/>> Acesso em 09 nov. 2017

Fig. 25 *Kylix* datado do século VII-VI a.C. Na imagem, temos a representação de cenas típicas da vida rural grega, com agricultores trabalhando na terra. Podemos observar também um pouco da técnica na produção agrícola dos gregos; a imagem mostra a utilização da enxada e do arado puxado por tração animal. Disponível em: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/b3/5d/2d/b35d2d7b3e31df9610a35f3b7b1afd83.jpg>> Acesso em 8 mai. 2018

Fig. 26 Oficina de um escultor, *kylix* do século V a.C. Na imagem, vemos representada uma oficina de um escultor. Trata-se de um local fechado, muitos artesãos trabalhavam nesses tipos de locais, como oficinas ou em casa. Estão representados vários homens trabalhando, o que mostra que o artesão poderia empregar outras pessoas em sua oficina. Note-se também que os homens estão com pouca roupa ou nus, isso era comum em oficinas, devido ao calor, principalmente nas que utilizavam fogo para a confecção dos seus produtos. Disponível em: <<https://ancientarmitage.files.wordpress.com/2014/01/greek-craftsmen-13-w640h430.jpg>> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 27 *Kylix* datado de 520-500 a.C. Na imagem, podemos observar um navio mercante e um navio de guerra, o que mostra a existência de mais de um local onde homens do mar poderiam ser encontrados trabalhando. Além dos dois presentes na imagem, havia a navegação de pesca e a pirataria. Dis-

ponível em: http://www.britishmuseum.org/collectionimages/AN00226/AN00226946_001_1.jpg?width=304> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 28 Moeda ateniense datada de 454-404 a.C. Há um intenso debate sobre a origem das moedas, e uma das hipóteses é que ela surgiu na Ásia Menor e sua adoção está relacionada a processos políticos e cívicos das cidades, para além dos fatores econômicos. Porém, a sua introdução na sociedade grega facilitou a acumulação de riquezas por parte de quem realizava o comércio, contribuindo para que os comerciantes se fortalecessem. Disponível em: <http://www.ancientresource.com/images/greek/greek_coins/athens/athens-tetradrachm-cg2200b.jpg> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 29 *Penelope and the Suitors* de John William Waterhouse, 1912. Na imagem vemos uma representação do mito de Penélope. Ela aparece na imagem tecendo, atividade da qual se ocupavam as mulheres. É interessante perceber que a tecelagem está ocorrendo em ambiente doméstico. A pintura também nos permite observar a pele mais clara de Penélope e das outras duas mulheres que a acompanham no interior da casa, característica atribuída a quem não trabalhava ao ar livre. Disponível em: <https://wordsmith.org/words/images/penelopize_large.jpg> Acesso em 08 mai. 2018

Fig. 30 Filósofo e botânico grego, Teofrasto. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Teofrasto_Orto_botanico_detail.jpg> Acesso em 01 jul. 2019

Políbio

Πολύβιος

3

Políbio foi um historiador grego que nasceu em Megalópolis, na Arcádia, aproximadamente no ano 200 a.C. Era filho de Licortas, um dos mais importantes comandantes da Liga Aqueia. Bem cedo, Políbio envolveu-se com a política como representante da Liga e por volta de 170 a.C. tornou-se comandante de cavalaria. Após a batalha de Pidna (168 a.C) foi levado como refém para Roma, juntamente com outros membros da Liga, onde permaneceu por dezessete anos.

Por ser um homem culto, logo foi admitido na casa de Lúcio Emílio Paulo, o vencedor da Terceira Guerra Macedônica, e ficou amigo de Cipião Emiliano. Em 146 a.C. a Liga Aqueia foi dissolvida e a Grécia foi definitivamente dominada pelos romanos. Com isso, Políbio volta à Grécia desempenhando funções diplomáticas e organiza a província da Macedônia, adequando o governo local às instituições romanas. Voltou a Roma, viajou para diversos lugares com Cipião e, após a morte do amigo, retorna à Grécia em 129 a.C., onde morre por volta de 118 a.C.



Fig. 31 Políbio

Com relação a suas obras, escreveu sobre o crescente poderio romano ao longo dos séculos III-II a.C. Sua obra mais conhecida, as *Histórias*, consistem em quarenta volumes, nos quais Políbio narra a história romana no período entre 264 e 146 a.C., analisando principalmente as instituições políticas do mundo antigo, além dos fatores que levaram à hegemonia romana no Mediterrâneo.

Políbio acreditava que a História era uma verdadeira ciência e ressaltou a necessidade do exame metódico e crítico das informações disponíveis, assim como a importância de um exame direto no local dos acontecimentos analisados. Suas análises se baseavam em documentos, cartas, registros e principalmente nos eventos que testemunhou. Para Políbio, a História deveria servir como aprendizagem para as gerações futuras.

Oligarquia em Esparta

O que se sabe sobre Esparta é bastante limitado. Há ainda uma carência de achados arqueológicos e as fontes literárias são na maioria das vezes produções atenienses. Acredita-se que a sociedade espartana, na época clássica, era semi-letrada e que, por isso, poucos registros sobre suas características foram encontrados.

Sabe-se a partir de escavações arqueológicas que os espartanos arcaicos cultivavam a poesia e os aristocratas eram inclinados para o luxo. A Esparta arcaica era dominada por clãs; dentre várias famílias nobres, dois clãs que se consideravam descendentes de Herácles indicavam seus respectivos representantes para reinarem em dupla. Os reis eram regulados por um conselho de anciãos, chamado Gerúsia, onde se integravam os chefes das principais famílias de Esparta.

O historiador Tucídides na sua *História da Guerra do Peloponeso* narra que os lacedemônios – nome dado aos povos dórios que migraram para a região da Lacônia e ali se estabeleceram fundando a cidade de Esparta – foram os primeiros povos a usar roupas simples em vista do luxo dos outros povos, e a aristocracia estabeleceu um regime de igualdade com o povo. Tal observação pode ser entendida como uma transição da velha Esparta, que sofreu várias intervenções militares de povos que migravam para sua região por falta de terras, para uma Esparta dirigida pela legislação de Licurgo. Essa nova organização social desde o século VII a.C. foi, aos poucos, se estabelecendo e fortalecendo a política espartana. Com isso, tornou-se uma potência militar tão conhecida até hoje.

Combinam-se três elementos importantes nessa constituição de Licurgo: realeza, povo e notáveis. Existe nesse quadro uma circunscrição entre os três poderes: a realeza mantém os seus títulos, mas não poderá cometer excessos, visto que os outros dois elementos estão presentes para equilibrar os poderes. Essa organização política espartana trouxe aos lacedemônios grande estabilidade por vários anos.

No fim do período helenístico, no século II a.C., Esparta já se encontrava em decadência. Houve uma tentativa de ressurreição por parte do rei Ágis IV, que tentou restabelecer a constituição de Licurgo; tal projeto foi retomado após a morte de Ágis IV por Cleômenes III, que declarou guerra à liga dos aqueus, mas não obteve sucesso.

De certo, sabe-se que suas raízes se encontram numa colônia, assentada mais ou menos no século X a.C., no sudeste da península do Peloponeso. Na mitologia grega, o filho de Zeus, chamado Lacedemônio, dá o seu nome à região e o nome de sua esposa (Esparta) à *pólis*. Esparta também aparece no famoso poema épico de Homero, a *Ilíada*, sendo governada pela importante figura do rei Menelau, que une forças com os outros gregos na guerra contra os troianos.



Mapa 4

De maneira geral, é possível fazer quatro afirmações sobre a organização política espartana: (1) Foi regida por um sistema de leis chamado de *Rethra*, estabelecido por Licurgo. A existência de Licurgo ainda hoje é motivo de controvérsia, sendo considerado mais uma figura mitológica do que uma pessoa real. (2) Diferentemente das outras póleis, não se constituía de um núcleo central urbano (como em Atenas), mas sim de um conjunto de assentamentos ao redor da acrópole (ponto mais alto da cidade). (3) Foi considerada, pelas suas vizinhas, um exemplo empírico de isonomia, ao mesmo tempo temida e admirada, muito em razão de sua escolha em focar-se na guerra. (4) Não prezava tanto pela persuasão (*peithó*), mas pelo temor (*phóbos*).

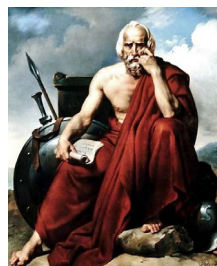


Fig. 32 Licurgo

► Aristóteles p. 54

Desde os 7 anos de idade, o espartano era retirado da família e colocado em contato com outros da mesma idade, sob tutela da cidade, a fim de que recebesse a educação (*agogé*) adequada à prática de esportes e de atividades militares, bem como para que fosse fortalecida a lealdade entre os cidadãos.

Havia quatro instituições políticas:

Diarquia. Esparta possuía dois reis, cujos cargos eram ocupados por duas linhagens importantes (a família Ágida e a família Euripôntida). Geralmente, eram generais ou especialistas em guerra e eram considerados sacerdotes de Zeus, sendo responsáveis por alguns rituais da cidade. Possuíam igual poder e não podiam ficar um contra o outro.

Gerúsia. Composta por 28 membros idosos vitalícios, acima dos 60 anos de idade, mais os dois reis anteriormente citados. Era a principal instituição espartana. Ficou responsável pelo assessoramento da assembleia, além de ter autoridade para vetar atos, julgar crimes graves e banir indivíduos.

Ápela. Assembleia de votação em que os homens com mais de 30 anos deliberavam, falando “sim” ou “não”, sobre os principais assuntos que envolviam a *pólis*. Também elegia os membros da Gerúsia e dos Éforos.



Fig. 33 Leônidas

Éforos. Espécie de comitê executivo composto de cinco dentre os cidadãos espartanos, cuja função principal era a preparação das pautas para a *Ápela*. O mandato durava no máximo um ano e, a partir daí, tornavam-se inelegíveis para o cargo. Entre outras funções, dois deles acompanhavam os reis quando estes saíam em campanha; gerenciavam aspectos das relações diplomáticas, como a declaração de guerra ou paz; fiscalizavam os reis, de modo a fazer com que ambos cooperassem entre si.

Sociedade em Esparta

Esparciatas. Eram os filhos de pai e mãe espartanos. Possuíam direitos políticos e serviam à cidade. Recebiam um lote inalienável nas terras públicas e educação, deveriam estar sempre à disposição para serviços militares. Era-lhes proibido o exercício de atividades comerciais e artesanais.



Fig. 34 Espartanos

Periecos. Eram habitantes da periferia de Esparta, livres mas sem direitos políticos. Dedicavam-se ao comércio, ao artesanato e à agricultura, podendo possuir terras, mas as melhores eram destinadas aos esparciatas.



Fig. 35 Mercado em Esparta

Hilotas. Era um grupo pertencente à Esparta, sujeito a uma servidão intercomunitária. Realizaram diversas revoltas devido às suas condições. A repressão a elas foi um dos principais motivos para o forte exército espartano, como se pode observar com a Terceira Guerra Messênia, em que, após o terremoto de 464 a.C., os hilotas se sublevaram, porém os espartanos conseguiram reprimi-los e, em seguida, impuseram castigos.



Fig. 36 Militarismo em Esparta

Três tipos de regime político



Políbio, *Histórias* VI.3.5-7

A maioria dos que querem apresentar para nós um modelo didático a respeito de tais coisas fala de três espécies de regime: a primeira eles chamam de realeza, a segunda de aristocracia e a terceira de democracia. Parece-me que seria bastante razoável fazer para eles o seguinte questionamento: se estão propondo que esses regimes sejam os únicos ou – valha me Zeus! – os melhores dentre os regimes. E me parece que em ambos se precipitaram. É evidente que o melhor a se seguir é o regime que tenha todas as características das três espécies mencionadas. Temos exemplo disso não só em teoria, mas na prática, visto que Licurgo foi o primeiro a formar o governo dos lacedemônios dessa maneira.

[...] τοὺς πλείστους τῶν βουλομένων διδασκαλικῶς ἡμῖν ὑποδεικνύειν περὶ τῶν τοιούτων τρία γένη λέγειν πολιτειῶν, ὧν τὸ μὲν καλοῦσι βασιλείαν, τὸ δ' ἀριστοκρατίαν, τὸ δὲ τρίτον δημοκρατίαν. δοκεῖ δέ μοι πάνυ τις εἰκότως ἂν ἐπαπορήσαι πρὸς αὐτούς, πρότερον ὡς μόνας ταύτας ἢ καὶ νῆ Δι' ὡς ἀρίστας ἡμῖν εἰσηγοῦνται τῶν πολιτειῶν. κατ' ἀμφοτέρα γὰρ ἀγνοεῖν μοι δοκοῦσι. δῆλον γὰρ ὡς ἀρίστην μὲν ἡγήτεον πολιτείαν τὴν ἐκ πάντων τῶν προειρημένων ἰδιωμάτων συνεστῶσαν· τοῦτου γὰρ τοῦ μέρους οὐ λόγῳ μόνον, ἀλλ' ἐργῶ πείραν εἰλήφαμεν, Λυκούργου συστήσαντος πρώτου κατὰ τοῦτον τὸν τρόπον τὸ Λακεδαιμονίων πολιτεύμα.

Vocabulário

ἀριστοκρατία (aristokratía) *s.f.* aristocracia.

[Etim. ἄριστοι + κράτος (áristos + krátos), ‘melhores + poder’.]

βασιλεία (basileia) *s.f.* reino, realeza.

δημοκρατία (demokratía) *s.f.* democracia.

[Etim. δῆμος + κράτος (dêmos + krátos), ‘poder do povo’.]

πολιτεία (politeia) *s.f.* regime, sistema político; constituição.

πολίτευμα (políteuma) *s.n.* ato de administração pública; medida política; gestão pública.

Comentário

A ascensão romana em apenas 53 anos e a conseqüente submissão dos gregos levou Políbio a escrever as *Histórias* com o objetivo de entender como os romanos dominaram tantos povos em tão pouco tempo.

Ele interrompe sua narrativa histórica sobre as Guerras Púnicas para tratar das teorias constitucionais em alguns pontos da Grécia e principalmente da constituição romana. O Livro VI é considerado por ele uma digressão necessária para se entender todos os aspectos funcionais que levam uma constituição a um patamar elevado em relação aos outros povos.

Vários pensadores gregos – entre eles, Platão e Aristóteles – já haviam tratado sobre o tema dos regimes políticos e as suas melhores características, e o próprio Políbio aponta isso no seu livro; mas a sua proposta é se desvencilhar da retórica dos filósofos e aplicar a sua história pragmática.

O trecho acima possibilita iniciar as reflexões a respeito da configuração da constituição mista discutida por Políbio no Livro VI. Sua proposta é avaliar a constituição dos lacedemônios instituída historicamente pelo mítico legislador Licurgo. No geral, Políbio avalia três espécies de governo: a realeza, a aristocracia e a democracia; a partir dessa tríade e do modelo político de Licurgo, Políbio considera que a combinação dessas três espécies de governo é a alternativa mais apropriada para a manutenção de uma política correta e equilibrada.

Licurgo de Esparta, considerado um grande legislador, possui uma biografia bastante obscura. Foi retratado por Heródoto e Plutarco, mas dentro da própria referência ao legislador existem poucas informações consistentes sobre sua pessoa. Segundo essas informações, Licurgo se responsabilizou pela criação das leis que transformaram Esparta em uma grande potência militar no seu tempo.

Tópicos para discussão

- Debater sobre as diferenças entre os três regimes.
- Discutir a figura de Licurgo como legislador.

Seis tipos de regime político

Políbio, *Histórias* VI.4.1-9

ὅτι δ' ἀληθές ἐστι
τὸ λεγόμενον ἐκ
τούτων συμφανές.
οὔτε γὰρ πᾶσαν
δήπου μοναρχίαν
εὐθέως βασιλείαν
ῥητέον, ἀλλὰ μόνην
τὴν ἐξ ἐκόντων
συγχωρούμενην
καὶ τῇ γνώμῃ τὸ
πλεῖον ἢ φόβῳ καὶ
βίᾳ κυβερνωμένην·
οὐδὲ μὴ πᾶσαν
ὀλιγαρχίαν
ἀριστοκρατίαν
νομιστέον, ἀλλὰ
ταύτην, ἣτις ἂν
κατ' ἐκλογὴν ὑπὸ
τῶν δικαιοτάτων
καὶ φρονιμοτάτων
ἀνδρῶν βραβεύηται.
παραπλησίως οὐδὲ
δημοκρατίαν, ἐν ἣ
πάν πλῆθος κύριον
ἐστι ποιεῖν ὅ, τι ποτ'
ἂν αὐτὸ βουλευθῆ
καὶ προῆται
παρὰ δ' ὃ πάτριόν
ἐστι καὶ σύνηθες
θεοῦ σέβασθαι,
γονεῖς θεραπεύειν,
πρεσβυτέρους
αἰδεῖσθαι, νόμοις
πειθεσθαι, παρὰ
τοῖς τοιοῦτοις
συστήμασιν ὅταν τὸ
τοῖς πλείοσι δοῦσαν
νικᾷ, τοῦτο καλεῖν
δεῖ δημοκρατίαν, διὸ
καὶ γένη μὲν ἐξ εἶναι
ῥητέον πολιτειῶν,
τρία μὲν ἅ πάντες
θρυλοῦσι καὶ νῦν
προεῖρηται, τρία δὲ
τὰ τοῦτοις συμφυῆ,
λέγω δὲ μοναρχίαν,
ὀλιγαρχίαν,
ὀχλοκρατίαν. πρώτη

O que se fala dessas coisas é verídico: nem toda monarquia pode ser chamada prontamente de realeza, mas apenas aquela aceita por livre e espontânea vontade e dirigida mais pelo conhecimento do que pelo medo e violência. Do mesmo modo, nem toda oligarquia pode ser considerada aristocracia, mas apenas aquela que é controlada pelos homens eleitos como os mais justos e sensatos. Também não pode ser considerado democracia aquele regime em que todo conjunto de cidadãos tem autoridade para fazer qualquer coisa que deseje e proponha, diante da tradição e do costume de reverenciar os deuses, honrar os pais, respeitar os mais velhos, obedecer às leis; diante disso, quando prevalece aquilo que foi decidido para a maioria, isso sim pode ser chamado de democracia. Por isso deve-se concluir que há seis tipos de regimes: os três de que todo mundo fala, mencionados há pouco, e os três que lhe são congêntos, isto é, a monarquia, a oligarquia e a oclocracia. Primeiro se esta-

belece a monarquia de modo não organizado e natural. Em seguida vem a realeza, que se desenvolve a partir da monarquia por meio de organização e melhorias. Quando ela se dirige para os malefícios que lhe são congêntos, isto é, para a tirania, nasce por sua vez, a partir da dissolução desses malefícios, a aristocracia. E quando esta se desvia naturalmente para a oligarquia e o conjunto de cidadãos vai contra as injustiças dos governantes, desenvolve-se o *dêmos*. Por fim, novamente a partir dos abusos de poder e ilegalidade cometida pelo *dêmos*, chega-se com o tempo à oclocracia.

μὲν οὖν ἀκατασκευῶς
καὶ φυσικῶς
συνίσταται μοναρχία,
ταύτη δ' ἔπεται καὶ
ἐκ ταύτης γεννᾶται
μετὰ κατασκευῆς
καὶ διορθώσεως
βασίλεια.
μεταβαλλούσης
δὲ ταύτης εἰς τὰ
συμφρηῖ κακὰ, λέγω
δ' εἰς τυραννίδ',
αὐθις ἐκ τῆς τούτων
καταλύσεως
ἀριστοκρατία φύεται.
καὶ μὴν ταύτης
εἰς ὀλιγαρχίαν
ἐκτραπίσης
κατὰ φύσιν, τοῦ
δὲ πλήθους ὀργῆ
μετελθόντος τὰς
τῶν προεστώτων
ἀδικίας, γεννᾶται
δῆμος. ἐκ δὲ τῆς
τούτου πάλιν ὑβρεως
καὶ παρανομίας
ἀποπληροῦται σὺν
χρόνοις ὀχλοκρατία.

Vocabulário

ἀριστοκρατία (aristokratía) *s.f.* aristocracia.

[Etim. ἄριστοι + κράτος (áristoi + krátos), ‘melhores + poder’.]

βασιλεία (basileia) *s.f.* reino, realeza.

δημοκρατία (demokratía) *s.f.* democracia.

[Etim. δῆμος + κράτος (dêmos + krátos), ‘povo + poder’.]

μοναρχία (monarkhía) *s.f.* monarquia.

[Etim. μόνος + ἀρχή (mónos + arkhé), ‘único + autoridade’].

ὀλιγαρχία (oligarkhía) *s.f.* oligarquia.

[Etim. ὀλίγοι + ἀρχή (olígoi + arkhé), ‘poucos + autoridade’].

ὀχλοκρατία (okhlokratía) *s.f.* oclocracia.

[Etim. ὄχλος + κράτος (ókhlos + krátos), ‘multidão + poder’]

πολιτεία (politeia) *s.f.* regime, sistema político; constituição.

Comentário

A preocupação de Políbio em apontar o que diferencia um regime bom de um regime ruim faz parte de uma observação histórica em vista de uma tradição de apontamentos políticos sobre o tema. Ele deixa claro que uma realeza não pode ser caracterizada por condutas de um governo tirânico, ou seja, um governo real não pode governar pela violência.

A reflexão de Políbio abrange todo o panorama de mal-estar gerado pelo enfraquecimento dos costumes morais de uma sociedade, permitindo assim que essa falta de conduta facilite a progressão de uma oposição organizada que, diante de uma estrutura fragilizada, intervenha com força e ilegalidade para a implantação de um novo regime.

Esse tipo de processo é considerado por Políbio como uma *anaciclose*: um ciclo natural de sucessão das formas de governo. Esse ciclo tem início no estabelecimento da monarquia e termina na oclocracia. A partir desse panorama, Políbio introduz seu leitor para um possível método de se evitar tantas trocas de governos.

Tópicos para discussão

- Caracterizar um regime democrático.
- Caracterizar um regime oclocrático.
- Esquematizar o ciclo natural dos governos.

Anaciclose

Políbio, *Histórias* VI.4.1-9

3Γ

Todo modelo de regime simples e instituído a partir de um único poder torna-se instável, pelo fato de desviar-se rapidamente para o vício que lhe é familiar e o acompanha por natureza. Assim como a ferrugem corrói o ferro e os vermes e carunchos corroem a madeira, como agentes de destruição congêntos (pois mesmo que esses materiais escapem dos danos externos, eles são destruídos por algo que é gerado dentro deles), da mesma forma junto com os regimes, conforme a natureza de cada um, nasce um vício que os acompanha: a chamada forma monárquica acompanha a realeza, a forma da oligarquia acompanha a aristocracia e a forma da selvageria e predomínio da força acompanha a democracia. Assim, é inevitável que todas as formas de governo mencionadas produzam com o tempo as mudanças conforme o argumento anterior.

Prevedo isso, Licurgo não constituiu um regime simples e uniforme, mas combinou ao mesmo tempo todas as virtudes e particularidades dos melhores governos, para que nenhum deles, crescendo além do necessário,

πᾶν εἶδος πολιτείας ἀπλοῦν καὶ κατὰ μίαν συνεστήκός δύναμιν ἐπισηφαλὲς γίνεταί διὰ τὸ ταχέως εἰς τὴν οἰκείαν καὶ φύσει παρεπομένην ἐκτρέπεσθαι κακίαν· καθάπερ γὰρ σιδήρῳ μὲν ἰός, ξυλοῖς δὲ θρίπτες καὶ τερηδόνες συμφυεῖς εἰσι λῦμαι, δι' ὧν, καὶ πάσας τὰς ἐξωθεν διαφυγῶσι βλάβας, ὑπ' αὐτῶν φθείρονται τῶν συγγενομένων, τὸν αὐτὸν τρόπον καὶ τῶν πολιτειῶν συγγεννᾶται κατὰ φύσιν ἐκάστη καὶ παρέπεται τὴς κακίας, βασιλεία μὲν ὁ μοναρχικός λεγόμενος τρόπος, ἀριστοκρατία δ' ὁ τῆς ὀλιγαρχίας, δημοκρατία δ' ὁ θηριώδης καὶ χειροκρατικός, εἰς οὓς οὐχ οἷόν τε μὴ οὐ πάντα τὰ προειρημένα σὺν χρόνῳ ποιείσθαι τὰς μεταστάσεις, κατὰ τὸν ἄρτι λόγον. ἂν προϊδόμενος Λυκοῦργος οὐχ ἀπλήν οὐδὲ μονοειδῆ συνεστήσατο τὴν πολιτείαν, ἀλλὰ πάσας ὁμοῦ συνήθροισε τὰς ἀρετὰς καὶ τὰς ιδιότητας τῶν ἀρίστων πολιτευμάτων, ἵνα μηδὲν αὐξανόμενον ὑπὲρ τὸ δέον εἰς τὰς συμφυεῖς ἐκτρέπεται κακίας, ἀντισπωμένης δὲ τῆς ἐκάστου δυνάμεως ὑπ' ἀλλήλων

μηδαμοῦ νεύη μηδ' ἐπὶ πολὺ καταρρέπῃ μηδὲν αὐτῶν, ἀλλ' ἰσορροποῦν καὶ ζυγοστατούμενον ἐπὶ πολὺ διαμένη κατὰ τὸν τῆς ἀντιπλοίας λόγον αἰεὶ τὸ πολίτευμα, τῆς μὲν βασιλείας κωλυομένης ὑπερηφανεῖν διὰ τὸν ἀπὸ τοῦ δήμου φόβον, δεδομένης καὶ τοῦτ' ἡμερίδος ἱκανῆς ἐν τῇ πολιτείᾳ, τοῦ δὲ δήμου πάλιν μὴ θαρρούντος καταφρονεῖν τῶν βασιλέων διὰ τὸν ἀπὸ τῶν γερόντων φόβον, οἱ κατ' ἐκλογὴν ἀριστίνδην κεκριμένοι πάντες ἔμελλον αἰεὶ τῷ δικαίῳ προσμένειν ἑαυτοῦς, ὥστε τὴν τῶν ἔλαττουμένων μερίδα διὰ τὸ τοῖς ἔθεσιν ἔμμενειν, ταύτην αἰεὶ γίνεσθαι μείζω καὶ βαρυτέραν τῇ τῶν γερόντων προσκίσει καὶ ῥοπή. τοιγαροῦν οὕτως συστήσασμενος πλείστον ὧν ἡμεῖς ἴσμεν χρόνον διεφύλαξε τοῖς Λακεδαιμονίοις τὴν ἐλευθερίαν. ἐκεῖνος μὲν οὖν λόγῳ τιγὶ προΐδμενος πόθεν ἕκαστα καὶ πῶς πέφυκε συμβαίνειν, ἀβλαβῶς συνεστήσατο τὴν προειρημένην πολιτείαν: Ῥωμαῖοι δὲ τὸ μὲν τέλος ταύτῃ πεποιήνται τῆς ἐν τῇ πατρίδι καταστασεως, οὐ μὴν διὰ λόγου, διὰ δὲ πολλῶν ἀγῶνων καὶ πραγμάτων, ἔξ αὐτῆς αἰεὶ τῆς ἐν ταῖς περιπετείαις ἐπιγνώσεως αἰρούμενοι τὸ βέλτιον, οὕτως ἦλθον ἐπὶ ταύτῃ μὲν Λυκούργῳ τέλος, κάλλιστον δὲ σύστημα τῶν καθ' ἡμᾶς πολιτειῶν.

se desvie para os vícios congêntos, pois, com o poder de cada um sendo compensado pelos outros, nenhum deles cederia nem desestabilizaria por muito tempo os demais. Assim equilibrado e contrabalançado, o governo sempre resistiria por bastante tempo, como um barco contra o vento: a realeza evitando ser arrogante por medo do *dêmos*, a quem é dado uma parte suficiente no regime; o *dêmos*, por sua vez, não tendo coragem de fazer pouco caso dos reis por medo dos anciãos; estes, sendo escolhidos com base na virtude, estão sempre predispostos a favorecer o que é justo (quando alguma parte se sente menosprezada por se manter na tradição, esta passa a ter maior peso pelo apoio dos anciãos). Tendo assim constituído, Licurgo preservou a liberdade para os lacedemônios pelo maior tempo que já se viu.

Portanto, prevendo por uma certa lógica de onde cada regime nasce e como se desenvolve naturalmente, Licurgo constituiu sem prejudicar nenhuma parte o regime apresentado há pouco. Já os romanos chegaram a esse mesmo sistema em sua pátria, mas não pela lógica, e sim pelas disputas e ações; de fato, escolhendo sempre o melhor das experiências em adversidades, chegaram ao mesmo resultado de Licurgo, que para nós é o melhor sistema político de todos.

Vocabulário

ἀριστοκρατία (aristokratía) *s.f.* aristocracia.

[Etim. ἄριστοι + κράτος (áristoi + krátos), ‘melhores + poder’.]

βασιλεία (basileia) *s.f.* reino, realeza.

γέρον (géron) *s.m.* velho, idoso; ancião.

δημοκρατία (demokratía) *s.f.* democracia.

[Etim. δῆμος + κράτος (dêmos + krátos), ‘povo + poder’.]

δῆμος (dêmos) *s.m.* distrito, bairro; os seus habitantes; o povo.

δύναμις (dynamis) *s.f.* força, capacidade; poder.

ἐλευθερία (eleuthería) *s.f.* liberdade; condição do homem livre (por oposição ao escravo).

μοναρχία (monarkhía) *s.f.* monarquia.

[Etim. μόνος + ἀρχή (mónos + arkhé), ‘único + autoridade’].

πολιτεία (politeia) *s.f.* regime, sistema político; constituição.

πολίτευμα (políteuma) *s.n.* ato de administração pública; medida política.

χειροκρατικός (kheirokratikós) *adj.* violento.

[Etim. χεῖρ + κράτος (kheír + krátos), ‘mão + poder’]

Comentário

Platão e Aristóteles, mais de um século antes, descreveram suas visões acerca dos sistemas políticos. Aristóteles, em sua obra *A Política*, precisamente no Livro III, aponta três formas corretas de governo (realeza, aristocracia e *politeia*) e três formas desviadas (tirania, oligarquia e democracia). É bem verdade que há uma diferença entre o uso do vocabulário nos três desvios citados por Aris-

► Aristóteles p. 68

tóteles e Políbio, principalmente no regime real e democrático. Aristóteles explica que a tirania é uma máscara que dissimula um rosto da monarquia; o que muda é apenas a roupagem, já que o tirano, na maioria das vezes, não segue uma linhagem hereditária mas governa como um monarca. Já Políbio segue a sua explicação dos desvios sem muitas modificações, e afirma que a forma decadente da realeza é a monarquia; é provável que Políbio seguisse o pensamento de Aristóteles, mas talvez optou pela monarquia acreditando ser o mais apropriado para um entendimento no cenário político romano, visto que Políbio foi cativo de uma grande família patrícia romana, os Cipiões, e contemplou de perto a supremacia romana sobre Cartago; essa experiência o levou a escrever seus livros sobre a dinâmica política romana desde a monarquia até a república.

A oligarquia é um regime conduzido por um pequeno grupo de pessoas, na maioria das vezes por homens ricos e influentes no cenário político aristocrático, por isso é considerado um regime decadente da aristocracia, visto que o acesso fica mais restrito no âmbito oligárquico do que no aristocrático. A forma decadente da democracia é retratada por Políbio, mas não se obtém um nome único para

a descrição que ele dá; um desses termos é oclocracia, que designa um regime de exceção, em que não existe mais conciliação entre as partes, gerando uma violência generalizada. Segundo Políbio, essa é a última forma de um percurso cíclico dos regimes políticos.

Políbio destaca as formas decadentes de cada regime tendo em vista preparar o leitor para a solução do regime misto, como aquele instituído por Licurgo. Para Políbio, essa forma de constituição previne que a combinação da monarquia, aristocracia e democracia decaia para a realeza, oligarquia e oclocracia.

Tópicos para discussão

- Discutir a figura de Licurgo como legislador.
- Debater as causas da decadência em cada regime político.
- Refletir sobre a oclocracia.
- Debater as semelhanças e diferenças do vocabulário monarquia, realeza e tirania.

Mudança de regime político

Políbio, *Histórias* VI.4.1-9

βασιλείας καὶ
μοναρχίας εἶδος
ἄρδην ἀνηρεῖτο, τὸ
δὲ τῆς ἀριστοκρατίας
αὐτῆς ἀρχὴν ἐλάμβανε
καὶ γένεσιν. [...] οἱ πολλοὶ τούτοις
ἐχρῶντο προστάταις
καὶ τούτοις ἐπέτρεπον
περὶ σφῶν. [...] ὅτε δὲ διαδέξαιτο
πάλιν παῖδες παρὰ
πατέρων τὴν τοιαύτην
ἐξουσίαν, ἀπειροὶ
μὲν ὄντες κακῶν,
ἀπειροὶ δὲ καθόλου
πολιτικῆς ἰσότητος
καὶ παρρησίας,
τεθραμμένοι δ' ἐξ
ἀρχῆς ἐν ταῖς τῶν
πατέρων ἐξουσίαις
καὶ προαγωγαῖς,
ὀρμήσαντες οἱ μὲν
ἐπὶ πλεονεξίαν καὶ
φιλαργυρίαν ἄδικον,
οἱ δ' ἐπὶ μέθας καὶ
τὰς ἅμα ταύταις
ἀπλήστους εὐωχίας,
οἱ δ' ἐπὶ τὰς τῶν
γυναικῶν ὑβρεῖς καὶ
παίδων ἀρπαγὰς,
μετέστησαν μὲν τὴν
ἀριστοκρατίαν εἰς
ὀλιγαρχίαν.

Aboliu-se completamente a forma da realeza e monarquia, dando início e origem à forma da aristocracia. [...] A maioria proclamou estes líderes e legou a eles os seus interesses. [...] Mas quando os filhos receberam novamente esta herança dos seus pais, sendo inexperientes de infortúnios e também sendo inexperientes de igualdade política e liberdade de expressão, e tendo sido nutridos desde a infância pela autoridade e mimos dos pais, inclinaram-se uns à cupidez e à avareza injusta; outros ao excesso de bebidas e, junto com isso, o exagero de festas; outros ao abuso contra as mulheres e aliciamento de menores, e dessa maneira transformaram a aristocracia em oligarquia.

Vocabulário

ἀριστοκρατία (aristokratía) *s.f.* aristocracia.

[Etim. ἄριστοι + κράτος (áristoi + krátos), ‘melhores + poder’.]

βασιλεία (basileia) *s.f.* reino, realeza.

ἰσότης (isótes) *s.f.* igualdade, equidade.

μοναρχία (monarkhía) *s.f.* monarquia.

[Etim. μόνος + ἀρχή (mónos + arkhé), ‘único + autoridade’].

ὀλιγαρχία (oligarkhía) *s.f.* oligarquia.

[Etim. ὀλίγοι + ἀρχή (olígoi + arkhé), ‘poucos + autoridade’].

παρηρησία (parresía) *s.f.* liberdade de falar livremente; liberdade de expressão.

προστάτης (prostátes) *s.m.* pessoa que se coloca à frente (em uma linha de batalha); presidente; líder.

Comentário

Platão, no Livro VIII da *A República*, destaca a oligarquia como sendo uma classe política que visa o lucro e o acúmulo de bens, e tal comportamento compromete a busca pelo bem maior do homem grego que é a virtude; eles louvam e admiram os ricos e desprezam os pobres. Aristóteles, em *A Política*, segue a mesma linha de pensamento, considerando a oligarquia um regime em que os pobres são maioria e não possuem nenhuma participação política. A participação política é acessível apenas aos que possuem muitos bens.

► Aristóteles p. 73

Políbio, por sua vez, segue o mesmo raciocínio. O desvio da aristocracia citado por ele é o que Aristóteles considera como uma das facetas para a transformação de um regime aristocrático para um oligárquico: a sucessão hereditária. Os pontos enumerados por Políbio parecem mais um problema de conduta por parte do líder do que algum descomedimento em relação ao povo.

Sempre mantendo essa estrutura paralela entre estabelecimento de um regime e a sua degradação, Políbio aponta a sucessão de filhos dos líderes como motivo para a derrocada da aristocracia, pois falta-lhes experiência política, visto que a sucessão é estabelecida sem que os novos governantes tenham sentido o calor das crises governamentais vividas pelos seus pais. Políbio destaca duas palavras para ilustrar a perversão moral dos aristocratas em relação ao povo: igualdade política (*isótes*, ἰσότης) e igualdade de expressão (*parresía*, παρρησία). Sem a igualdade e a liberdade da palavra, qualquer regime subverte-se para sua forma decadente: ambos os termos não são apenas uma particularidade do regime democrático, e sim de um regime bem executado e sem excessos.

Tópicos para discussão

- Apresentar características da oligarquia.
- Diferenciar oligarquia e aristocracia.
- Debater a importância da igualdade e da liberdade da palavra para a atuação política

O helenismo em Roma

A influência das características gregas em Roma se fez presente na cultura, na política, na economia e na religião. Roma era uma cidade aberta ao estrangeiro, por isso o intercâmbio de informações era constante, especialmente com a Grécia. Dessa forma, é possível falar em “helenizações” do território romano, uma vez que consistiram em trocas culturais ocorridas em cronologias variadas.

É importante ressaltar que as trocas eram comandadas por Roma, que era quem escolhia o que seria útil para sua cultura. Esse fato possibilitou a originalidade da identidade romana e reforçou o seu poderio, enquanto cidade que realizava uma expansão territorial. Roma sintetizava outras culturas sem perder a sua essência.



Fig. 37
Professor e alunos

Com sua postura seletiva, Roma conseguiu absorver elementos de uma cultura diferente e elaborar novas características culturais bem mais complexas.

A helenização adentrava em Roma através de grupos diversos, desde viajantes até profissionais de outras regiões (médicos, professores, por exemplo) que se interessavam pela cultura romana. Em Roma existiram dois posicionamentos, no que se refere à assimilação de elementos gregos: o filelismo, que era o interesse e a preservação da cultura helênica; e o anti-helenismo, que consistia na defesa dos valores romanos tradicionais.

A helenização em Roma esteve presente em diversos âmbitos: vestuário, alimentação, higiene, habitação, arquitetura, ciência, educação, literatura e religião, os quais eram absorvidos de forma criteriosa, a fim de manter a originalidade romana. Portanto, é perceptível que a identidade romana foi fruto de um processo de construção social, decorrente de uma pluralidade de trocas culturais com diferentes regiões, principalmente com a Grécia.

Referências

BAILLY, A. **Le Grand Bailly**: Dictionnaire de Grec-Français. Paris, Hachette, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **O Trabalho compulsório na Antiguidade: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CARTWIRGHT, Mark. **Sparta**. Disponível em: <<http://www.ancient.eu/sparta/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

FINLEY, Moses I. **La Grécia Antigua**: Economía y Sociedad. Barcelona: Crítica, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOURA, José Francisco de. Alguns Aspectos da Escrita em Esparta (c.600-350 A.C.). **Phoînix**: Rio de Janeiro, v. 3, p. 191-200, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. Consequências da Expansão Romana. In José Luís Brandão, Francisco de Oliveira (coord). **História de Roma Antiga** (vol 1). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

POLIBIOS. **História**. Tradução de Mário da Gama Cury. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

POLYBIUS. **Historiae**. Ed. Theodorus Büttner-Wobst after L. Dindorf. Leipzig: Teubner. 1893.

RIBEIRO JR., W. A. Políbio. **Portal Graecia Antiqua**, São Carlos. Disponível em: greciantiga.org/arquivo.asp?num=0557. Acesso em: 24 ago. 2017.

SEBASTIANI, Breno Battistin. **História Pragmática de Políbio**. Tradução dos Livros I-V, Introdução e Notas de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SILVA, Cleyton Tavares da Silveira Silva. Esparta como Vontade e como Representação: uma introdução à escrita de Xenofonte na construção da Lacedemônia. **Alethéia**: Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, p. 1-13, 2010.

Figuras

Fig. 31 Cópia do relevo encontrado em Cleitor, na Arcádia, hoje perdido. A cópia encontra-se no museu da civilização romana, na Itália. Disponível em: <http://campus.hubsuola.it/media/campus/contenuti/campus_lat/03_letteratura_greca/01_timeline/3/index.html> Acesso em 20 out 2018

Fig. 32 Representação artística de Licurgo, feita pelo pintor neoclássico francês do século XIX, Merry-Joseph Blondel. Licurgo, proveniente da casa real dos Euripôntidas, era o irmão do rei em sua época. Com a morte deste, o famoso legislador espartano teria ocupado o cargo real de seu irmão, não fosse pelo seu sobrinho, Leobotas, por quem Licurgo ficou responsável de aconselhar. Por isso, ele vai a Delfos consultar o oráculo a fim de ter indicações de como tornar Esparta uma grande cidade. Lá, Licurgo recebe de Apolo um conjunto de leis chamado *Rethra*. Disponível em: <<http://legio-victrix.blogspot.com.br/2012/10/licurgo-e-o-estado-espartano.html>> Acesso em 14 mai. 2018

Fig. 33 Estátua de Leônidas, localizada no município de Anficleia–Elateia, inaugurada em 1968, Grécia, exatamente onde se localizavam as Termópilas. Rei e general de Esparta de 491 – 480 a.C., Leônidas fez parte da linhagem Ágida e teve papel de destaque na famosíssima Batalha de Termópilas, em que ele, com a ajuda dos 300 espartanos e outros gregos, impediu que Xerxes e seus exércitos persas adentrassem a Grécia. Morreu nessa mesma batalha em 480 a.C. Disponível em: <<https://pt.depositphotos.com/4285102/stock-photo-statue-of-king-leonidas-in.html>> Acesso em 14 mai. 2018

Fig. 34 *Petites filles spartiates provoquant des garçons* de Edgar Degas, datado de por volta de 1860. A imagem mostra jovens espartanos se exercitando. Os esparciatas passavam por uma educação militar, sendo essa de grande importância para a sociedade de Esparta, tendo em vista a imbricada relação do militarismo com a organização social. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8f/Young_Spartans_National_Gallery_NG3860.jpg/800px-Young_Spartans_National_Gallery_NG3860.jpg> Acesso em 14 mai. 2018

Fig. 35 Representação imaginária de um mercado na Esparta antiga, 1880. Nesta representação podemos observar um mercado em Esparta. O comércio era feito principalmente pelos periecos, que também se empregavam na produção artesanal. Disponível em: <<http://cache1.assetcache.net/xr/188004739.jpg?v=1&c=IWSAsset&k=3&d=77BFBA49EF8789215A-BF3343C02EA548C6055A5BCD88648628FF291BF0DA86D6C-17652506F353971A55A1E4F32AD3138>> Acesso em 14 mai. 2018

Fig. 36 *Une Spartiate Donnant un Bouclier à son Fils* de Jean-Jacques-Francois Le Barbier, 1826. A imagem retrata uma mãe entregando um escudo para o

seu filho, que já se encontra de elmo e lança. É famoso o forte militarismo de Esparta, fenômeno que muito se deveu a um fator interno da sociedade espartana: as revoltas empreendidas pelos hilotas, em decorrência da condição à qual estavam submetidos. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/08/Jean-Jacques-Fran%C3%A7ois_Le_Barrier_-_A_Spartan_Woman_Giving_a_Shield_to_Her_Son.jpg/724px-Jean-Jacques-> Acesso em 14 mai. 2018

Fig. 37 Professor com dois alunos e um terceiro, em pé, que segura um lóculo, uma mala na qual se guardava canetas, um frasco de tinta e uma esponja para corrigir erro. Disponível em: <<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Schulrelief.jpg>> Acesso em 18 out. 2018

Mapa

Mapa 4 Representação geográfica da península do Peloponeso. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Peloponeso_del_sur.svg> Acesso em 26 jun. 2019

O atual cenário político brasileiro conduz a reflexões sobre a forma como a política é discutida nos diversos segmentos da sociedade, bem como à prática do ensino dessa temática nas escolas da educação básica.



Este livro é resultado do projeto **Vocabulário Político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania**, elaborado com o intuito de estudar nosso vocabulário político a partir da Antiguidade Clássica.

Termos como democracia, oligarquia, monarquia, povo, liberdade, igualdade foram cunhados na Antiguidade e são usados até hoje. Conhecer seus sentidos e refletir sobre seu uso é importante para pensar a política e a cidadania.

